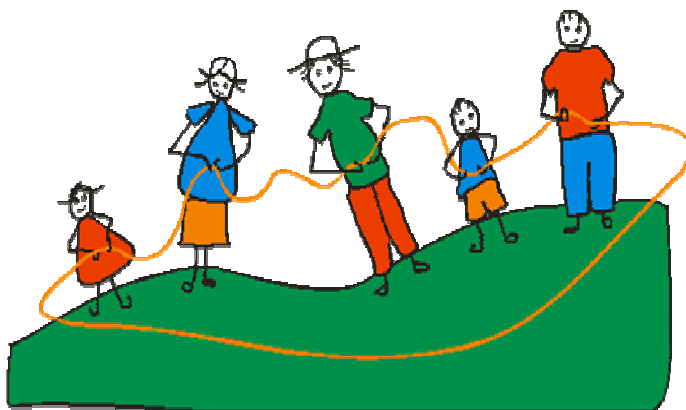


CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA



**SISTEMATIZAÇÃO PARTICIPATIVA DA EXPERIÊNCIA DE
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA
DO BRIGADEIRO (PESB), MG.**

VERÔNICA ROCHA BONFIM

VIÇOSA – MINAS GERAIS
SETEMBRO DE 2006

ÍNDICE

	página
1. APRESENTAÇÃO.....	02
2. POR ONDE E COMO CAMINHAMOS... Metodologia da sistematização.....	03
2.1 Principais fatores que motivaram a sistematização.....	05
2.2 O objeto da sistematização (o quê sistematizar?).....	05
2.3 O objetivo geral da sistematização.....	05
2.4 Os objetivos específicos.....	06
2.5 Hipóteses.....	06
2.6 Metodologia de ação.....	08
3. ERA UMA VEZ... O histórico do processo.....	16
3.1 O Processo de ocupação colonial e a Mata Atlântica regional.....	16
3.2 A proposta inicial de criação do PESB.....	22
3.3 O processo de criação e implantação do PESB.....	27
4. RESULTADOS E CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO.....	
4.1 As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro.....	40
4.2 Os conflitos.....	43
4.3 A participação social.....	46
4.3.1 Gênero e geração.....	54
4.4 As estratégias utilizadas.....	55
4.4.1 Participação.....	55
4.4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.....	57
4.5 As articulações interinstitucionais.....	58
4.6 Os impactos da criação e implantação do PESB.....	61
4.7 A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.....	66
5. APRENDENDO COM O CAMINHAR... Lições aprendidas ou recomendações do processo.....	73
5.1 Lições aprendidas pelos participantes da sistematização.....	73
6. SEMEANDO PELO CAMINHO... Plano de difusão dos aprendizados.....	77
7. BIBLIOGRAFIA CITADA.....	81
8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	83
9. ANEXOS.....	85

1. APRESENTAÇÃO

Em setembro de 1996 foi criada, na Zona da Mata de Minas Gerais, uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral que viria a ser o último remanescente contínuo de Mata Atlântica no Estado. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com área total de 14.984 ha, foi criado a partir de um processo histórico envolvendo diferentes organizações, com o objetivo de manter preservado um considerável fragmento do bioma na região. O órgão gestor responsável pela administração do PESB é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG).

Após dez anos de criação do PESB, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma das organizações envolvidas nesse processo, propôs uma reflexão, junto com alguns dos principais atores (sociais e institucionais) envolvidos nesta experiência, com o objetivo de identificar os aprendizados acumulados ou as lições aprendidas. Para o CTA-ZM as lições de uma experiência como esta, extraídas de forma participativa, podem contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão no PESB, a partir da participação social e com outros processos semelhantes.

A partir desse pensamento foi elaborado um projeto intitulado: *Sistematização Participativa da Experiência de Criação e Implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)*, realizado entre os anos de 2005 e 2006, tendo como proponente o CTA-ZM, organização não-governamental que atua desde 1987 na área do Desenvolvimento Rural Sustentável, junto à agricultores e agricultoras familiares da região, tendo como base científica a Agroecologia¹.

Os participantes desta sistematização foram:

- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM;
- Centro Mineiro para Conservação da Natureza (atual CBCN – Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável – CBCN);
- Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental – CECO e Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola/Universidade do Estado de Minas Gerais – FAFILE/UEMG;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, Carangola e Miradouro;
- Comunidades rurais do entorno do PESB em Araponga e Miradouro: Pereiras, Laia, Boné, Nenés, Tromba d'Anta, Serra das Cabeças e; Sapé.
- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF-MG;
- Universidade Federal de Viçosa – UFV: Departamentos de Solos (DPS), Educação (DPE) Engenharia Florestal (DEF) e Biologia Animal (DBA);

¹ Agroecologia é o campo da ciência que tem como princípio geral, a valorização do conhecimento tradicional, dos agroecossistemas e da biodiversidade, através da ação coletiva e da utilização de práticas agrícolas ecológicas e sustentáveis sob o ponto de vista sócio-econômico, cultural e ambiental.

2. POR ONDE E COMO CAMINHAMOS... Metodologia da sistematização:

Este capítulo não pretende realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, mas destacar o referencial teórico que norteou o trabalho e as etapas realizadas pela equipe durante o processo. Acredita-se que a construção metodológica empregada nesta experiência possa contribuir, modestamente, para a realização de sistematizações em outras instituições, observando as diferentes realidades institucionais e locais/territoriais, as quais a metodologia será aplicada.

Não pretende-se com isso oferecer um pacote metodológico para que outras instituições possam ter um modelo, mas sim, contribuir de alguma forma com alguns elementos a partir do que vem sendo construído dentro da metodologia do CTA-ZM. É importante mencionar que uma metodologia em construção incorre em erros e acertos devendo, portanto, ser sempre revista e aperfeiçoada.

A sistematização do processo de criação e implantação do PESB utilizou uma metodologia do CTA-ZM, adaptada para o caso específico. Esta metodologia vem sendo utilizada com êxito pela entidade desde 2001 e tem como referencial teórico o “Guia Metodológica para la Sistematización de Experiências em el S.R.” (DIEZ HURTADO, 2001), um guia prático que narra as etapas de um processo de sistematização de uma experiência de intervenção institucional no Secretariado Rural do Peru.

A análise que se pretende realizar com esse processo de sistematização, pressupõe algumas etapas relevantes para a obtenção dos resultados esperados com a mesma. Para efeitos da metodologia empregada pelo CTA-ZM, *Sistematização Participativa é o processo que vai desde a coleta, organização e estudo dos dados primários e secundários, até a obtenção de conclusões que nos permita uma análise aprofundada acerca do processo ou experiência que ocorreu e nos faça refletir sobre suas lições e/ou aprendizados.* Esse processo deve ser conduzido em conjunto com os atores envolvidos (ou os principais) com a experiência e as lições devem subsidiar processos atuais e futuros.

Existem muitas dúvidas em relação a este tema e entre instituições governamentais e não-governamentais o entendimento em relação ao que seja sistematizar, para quê, por que e o quê sistematizar ainda é limitado ou pouco conhecido, por ser um processo relativamente recente.

Para muitos sistematizar significa coletar e organizar uma base de dados coletados. Para efeitos desse trabalho a sistematização pretende ser muito mais, o qual não exclui essa coleta

e organização, mas também não reduz o papel da sistematização à apenas duas etapas. Estas configuram-se apenas como primeiros passos para uma abordagem mais ampla.

DIEZ HURTADO (2001) define sistematização como “*um processo de geração de conhecimentos, vinculados a intervenções intencionadas ou a experiências de promoção de desenvolvimento*”. Segundo o autor o objetivo final de qualquer processo de sistematização é recuperar as experiências desenvolvidas para convertê-la em uma fonte de conhecimento.

A lógica do processo de sistematização deve partir de uma experiência vivida e pressupõe algumas etapas para a sua realização, os quais conduz a um produto. São elas:

1. Definir o que queremos aprender: consiste em uma definição do objetivo e formulação das perguntas que pretendemos responder com uma sistematização;
2. Descrever nossa intervenção: re-escrever de forma ordenada a experiência a sistematizar, ações, agentes e resultados. Pressupõe uma reconstrução e ordenamento de dados e testemunhos sobre a base de categorias e premissas estabelecidas;
3. Assinalar fatores e tirar conclusões: consiste numa análise dos aspectos de nossa experiência sobre o que temos escolhido trabalhar, assinalando relações causais entre os mesmos, interpretando os dados e obtendo conclusões;
4. Destacar aprendizagens: refletir sobre a experiência e as conclusões tratando de assinalar, compreender e explicar aquilo que nos ensina;
5. Redigir o documento final;
6. Elaborar e divulgar estratégias de difusão dos conhecimentos acumulados e os gerados, bem como as lições aprendidas com a experiência.

A sistematização pressupõe um acúmulo de informação, seu processamento e a reflexão sobre os resultados em diversos níveis: dos resultados; das conclusões e; das lições que podemos obter a partir disso. Uma sistematização é um processo de aprendizagem que deve problematizar e analisar criticamente nossa própria prática de promoção de desenvolvimento.

Assim sendo, um processo de sistematização nada mais é que um exercício de auto-reflexão que permite ampliar o impacto dos aprendizados da experiência de uma pessoa ou de uma equipe ou de uma instituição orientando assim, outras pessoas envolvidas em experiências semelhantes em outros âmbitos ou outros tempos.

A sistematização também pressupõe uma comparação entre períodos distintos sobre uma dada experiência. É importante que a metodologia seja capaz de fazer uma ponte entre o resgate do passado (antes), a análise do presente (durante) e a reflexão futura (depois) para que assim, a sistematização contribua com a análise dos impactos de uma intervenção

institucional ao longo de um determinado período. Essa análise comparativa gera novos elementos para o aprendizado, o monitoramento e para o aperfeiçoamento da prática institucional.

2.1 Principais fatores que motivaram a sistematização:

A presente sistematização foi motivada por alguns fatores que determinaram o delineamento do seu planejamento e sua execução, quais sejam:

- A necessidade de resgate e registro da experiência;
- A contribuição para uma gestão participativa no parque;
- Uma melhor compreensão sobre o papel de cada ator na gestão do parque;
- A identificação de pontos positivos e negativos no decorrer do processo;
- A contribuição da experiência aos processos tradicionais de criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- O levantamento dos principais conflitos existentes entre o PESB e o entorno;
- A contribuição da sistematização influenciando políticas públicas em áreas protegidas;
- A consolidação da experiência como uma referência nacional na criação e implantação Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- A contribuição da sistematização influenciando a população do entorno para a participação no processo de gestão do PESB;
- A avaliação sobre o papel do CTA-ZM e os impactos da sua intervenção no processo;
- A contribuição da sistematização no debate sobre o envolvimento do entorno como condição primordial para a sustentabilidade das áreas protegidas.

2.2 O objeto da sistematização (o quê sistematizar?)

A experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e a participação social nesse contexto, entre o período de 1993 – 2004 (ano da criação do Conselho Consultivo).

2.3 O objetivo geral da sistematização

Analisar, de forma participativa, a experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em todo o seu contexto (histórico, técnico, processual e metodológico) para, em conjunto com os atores envolvidos com a experiência, extrair lições aprendidas que possam contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão do PESB a partir da participação social.

2.4 Os objetivos específicos

Dentro do desenvolvimento do projeto buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Adaptar a metodologia de sistematização para o caso específico;
- Sistematizar a experiência através de: pesquisa documental; levantamento de dados primários e secundários; realização de visitas de campo; realização de entrevistas e encontros;
- Resgatar o histórico do processo;
- Promover troca de experiência entre os envolvidos;
- Identificar junto com s atores envolvidos as lições aprendidas;
- Elaborar um plano de difusão dos aprendizados a acúmulos relacionados à experiência.

2.5 Hipóteses

Algumas hipóteses levantadas a partir de reunião com técnicos do CTA-ZM, proponente da sistematização, serviram de base para pensar a metodologia e orientar o foco do trabalho, de acordo com as demandas. Essas hipóteses abaixo motivaram o processo de sistematização:

- i)** O processo de criação e implantação do PESB foi participativo;
- ii)** Um processo participativo na criação e implantação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno;
- iii)** O processo de criação e implantação do PESB contribuiu para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro.

O objetivo dessas hipóteses foi orientar a sistematização para esse foco específico de interesse, que é comum à experiência como um todo, tendo em vista a visão de futuro e a contribuição desse debate para o manejo e conservação do parque a partir do (des) envolvimento do seu entorno.

A metodologia prevê ainda a elaboração de uma matriz composta por eixos e componentes. Esta matriz tem a função de correlacionar eixos mais abrangentes dentro do processo, com temas associados a eles (componentes) e organizar a busca de informações, junto aos atores envolvidos e nos documentos. Uma vez que o tema a ser sistematizado é bastante amplo e podem ter diferentes enfoques, o objetivo da matriz é orientar a busca de informações necessárias à sistematização, dentro da abordagem previamente determinada.

A abrangência da sistematização de uma determinada experiência de intervenção pode ser relativa a depender do tempo, suporte humano, físico e financeiro disponível e também do acúmulo que essa experiência adquiriu, de forma a gerar aprendizados.

Na presente sistematização tomou-se o cuidado de não fazer desta algo muito abrangente, mas sim coerente com o suporte dado pelo CTA-ZM, sem deixar de suprir as demandas colocadas.

Para esta sistematização foi definida uma matriz contendo dois eixos e quatro componentes (Quadro 1), correlacionando questões relevantes para a experiência em questão. Cada cruzamento priorizado da matriz origina uma série de questões pertinentes à consecução da sistematização, orientando dessa forma a coleta de dados e a análise posterior (ver Exemplo 1).

Quadro 1 – Matriz de sistematização.

EIXOS	A	B
COMPONENTES	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONFLITOS	IMPACTOS (sobre a conservação e sobre a vida da população)
1 ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS	A1	B1
2 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS	A2	B2
3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL	A3	*- *não priorizado
4 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E ASPECTOS CULTURAIS LOCAIS	A4	B4

Exemplo 1 – Para o cruzamento **A1** gerou-se, por exemplo, as seguintes questões:

- Como se deu a participação social durante o processo de criação e implantação do PESB?
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?

A matriz delineada para a sistematização de experiência do PESB partiu de outras mais abrangentes, de forma a atender ao objetivo traçado e às hipóteses levantadas. Uma matriz muito abrangente corre o risco de conter eixos e componentes desnecessários ao que se quer refletir, ou ainda, de se tornar repetitiva, incorrendo na busca de muitas informações que não serão úteis posteriormente.

Em função das questões geradas, foram realizadas as etapas de levantamento de dados primários e secundários. Em muitas das questões não foi possível obter resposta a partir da bibliografia levantada, logo a matriz apontou também questões que necessitavam de uma busca de informações para além da bibliografia reunida, como o caso das entrevistas.

Em se tratando de uma experiência cujo enfoque maior é a participação, a metodologia não poderia ser de outra forma senão, participativa. Durante o período de planejamento, visitas de campo, entrevistas, análise, extração de lições aprendidas e discussão/devolução das lições a sistematização contou com a colaboração de técnicos/as, pesquisadores/as, moradores/as do entorno e suas famílias, estudantes e instituições, nos diversos espaços criados para este fim.

2.6 Metodologia de ação

1. Planejamento da Sistematização

O primeiro passo para realização da sistematização consistiu na realização um planejamento geral (Anexo 1), no qual foram levantados pontos importantes antes de iniciar o processo, tais como: i) cronograma de ações; ii) objeto (o que sistematizar); iii) objetivo (para quê sistematizar); iv) levantamento de todos os assuntos (eixos centrais e aspectos mais específicos) que pudessem ser relevantes no processo de sistematização; v) previsão orçamentária; vi) levantamento de algumas questões relevantes; vii) elaboração de roteiro para entrevistas com técnicos do CTA-ZM e lideranças para orientar o processo e incluir demandas da entidade proponente (Anexo 2).

Em seguida foram realizadas entrevistas com técnicos do CTA-ZM e lideranças dos agricultores/as. As entrevistas permitiram obter uma visão geral da experiência; mapear os principais atores envolvidos; identificar as diferentes fases do processo; levantar demandas do proponente que pudessem interessar à experiência como um todo.

Foi realizada uma reunião com a equipe técnica do CTA-ZM para apresentação do planejamento e discussão da metodologia. A reunião possibilitou o aprofundamento sobre o objetivo da sistematização; a definição da matriz (levantamento dos principais eixos norteadores do processo); o levantamento de hipóteses e questões; a troca de experiência e; o aprofundamento sobre as demandas do CTA-ZM para a sistematização e as demandas da própria sistematização atendendo às expectativas gerais de uma experiência como essa.

Dentro dessa proposta a matriz elaborada, composta de eixos e componentes, norteou todas as outras etapas abrangidas pela metodologia de ação para o caso da experiência de criação e implantação do PESB que seguem descritas a seguir:

2. Levantamento e organização de dados secundários

Foi realizada ampla consulta a fontes secundárias de informação e organização de todos os materiais e documentos relativos ao processo existentes no CTA-ZM, tais como: relatórios de atividades de campo e de reuniões; memórias de eventos e encontros; fontes bibliográficas referentes à experiências semelhantes; teses, livros; documentos; anais de simpósios; mapas; dentre outros, totalizando cerca de 67 referências bibliográficas. Esse apanhado bibliográfico facilitou a visualização, de maneira mais generalizada, do processo focado e seu contexto.

Para melhor organização dos dados foi utilizado um aplicativo de organização bibliográfica, o *End Note*, o qual possibilitou a catalogação de toda a bibliografia encontrada e uma maior agilidade na busca das informações.

A sistematização também se ocupou de levantar documentos externos ao CTA-ZM, porém não foram encontrados muitos materiais ou referências que pudessem auxiliar no resgate da experiência. Isso demonstra uma limitação, mas como já foi explicitado a sistematização é um processo recente para as organizações e, em muitas delas, não é hábito a realização de relatos de eventos, organização e sistematização de informações relativas à sua intervenção.

3. Levantamento de dados primários, destaque e comparação dos fatores e agentes intervenientes:

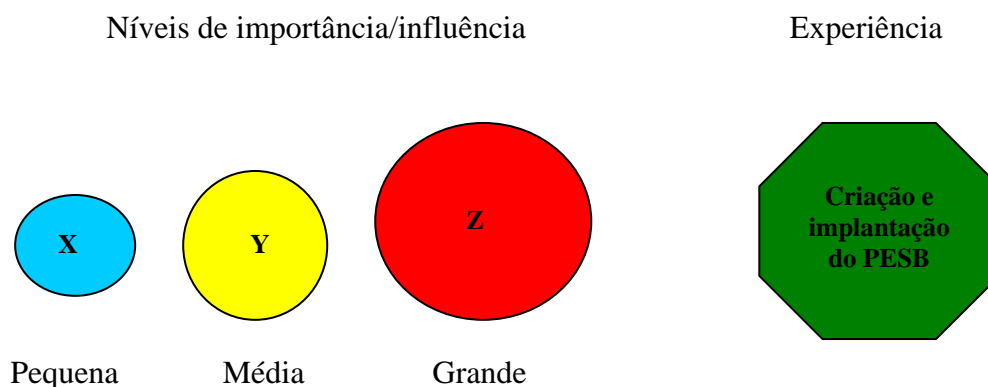
Foram realizadas 18 entrevistas com os principais atores envolvidos com a experiência, entre técnicos/as de organizações governamentais e não-governamentais e lideranças do movimento sindical, visando a coleta de dados primários que pudessem ser confrontados com os documentos. Foram elaborados dois roteiros semi-estruturados distintos, um para entrevistas com técnicos e outro para moradores/as e lideranças do entorno (Anexo 3). Estas entrevistas foram realizadas através de visitas de campo. Para tanto, foram estruturados materiais, pesquisadas ferramentas participativas para facilitar a contribuição de todos/as. Para as entrevistas além do roteiro semi-estruturado, foi confeccionado um Diagrama de Venn (Figura 1) para auxiliar na análise das relações geradas pela experiência ao longo do processo, destacando: o papel de cada ator (X, Y ou Z); a proximidade ou distanciamento entre estes e entre os mesmos e a experiência (criação e implantação do PESB) e; a influência/importância de cada ator em relação à mesma.

A sistematização teve o cuidado de apresentar à cada entrevistado/a metodologia que estava sendo utilizada e ainda, de perguntar para estes/as se as demandas colocadas pela sistematização atendiam ao conjunto das organizações no que diz respeito à experiência em

questão. Não houve a necessidade de inclusão de novas demandas, de modo que a metodologia conseguiu incorporar os principais temas relacionados à experiência como um todo, não se restringindo às demandas pertinentes à intervenção ou vivência da entidade proponente.

Todas as informações obtidas através das entrevistas foram tabuladas e organizadas dentro dos cruzamentos da matriz, para facilitar a análise posterior. Essas entrevistas trouxeram ainda novas informações à sistematização e geraram um processo inicial de reflexão por parte dos/as envolvidos, a partir das questões colocadas.

Figura 1 – Diagrama de Venn



A confecção do diagrama teve algumas limitações, uma vez que foi confeccionado com cada entrevistado e não em grupos. Essa limitação perpassou todo o trabalho, pois os segmentos são representados por pessoas, sendo poucas as que tiveram inserção no processo e condições, portanto, de contribuir. Assim, nem sempre a visão destes reflete o pensamento da organização como um todo. Entretanto, elas se posicionaram no processo representando a organização e assim o foi considerado na sistematização.

4. Organização, preparação e realização de encontros:

Durante o processo priorizou-se também a coleta de dados primários com moradores/as do entorno do PESB, de forma coletiva. Nesse sentido, foram realizados 4 encontros reunindo grupos de comunidades vizinhas ao parque em dois municípios, Araponga (Pereiras, Laia, Boné e Nenéas; Tromba d'Anta e; Serra das Cabeças) e Miradouro (Sapé). Para os encontros utilizou-se o roteiro para moradores/as, técnicas utilizadas em diagnósticos participativos como a matriz histórica e dinâmicas que facilitaram o resgate histórico do processo; a troca de experiência entre os/as participantes; a coleta dos dados e; a participação, reflexão e análise dos participantes sobre a experiência vivida.

As comunidades foram selecionadas segundo alguns critérios: foram propositalmente as mais isoladas das áreas urbanizadas; mais próximas (geograficamente) do parque e; residência de moradores/as que vivenciaram o processo de criação e implantação do PESB. Esses moradores tiveram papel fundamental na sistematização contribuindo com o resgate histórico, através de relatos e com a análise do processo através da sua vivência.

Utilizou-se uma dinâmica de contação de histórias que contou com a colaboração dos moradores/as mais antigos nas comunidades ou que vivenciaram o processo do PESB. Esta dinâmica transformou a coleta de dados e o resgate histórico em momentos de mística e de troca entre os mais antigos/as e os novos moradores/as; entre os que participaram e/ou acompanharam o processo de criação e implantação do parque e os que estão chegando agora. Foi trabalhada em cada comunidade a participação ativa de pelo menos um/a morador/a que vivenciou o processo para que este/a conduzisse a dinâmica contando a história para os demais, que participavam com perguntas e complementando informações, enquanto a equipe intermediava e provocava questões pertinentes à sistematização, caso estas não surgissem ao longo da dinâmica. Em todas as comunidades a dinâmica foi iniciada com música, momentos de reflexão e uma oração conduzida por algum morador/a.

A matriz histórica (Quadro 2) cumpriu o papel de aprofundar temas relevantes relacionados aos impactos (sobre a conservação e sobre a vida da população) em dois períodos: antes e depois da criação do PESB. A matriz, desenhada no chão era confeccionada com a contribuição dos moradores/as a partir de suas reflexões sobre os temas levantados. Para simbolizar os elementos (variáveis) eram utilizados materiais diversos disponíveis no próprio local, tais como: galhos, folhas, pedras, copos com água etc.

A sistematização e análise dos dados foram realizadas com base nas informações geradas pela matriz, tendo em vista outras variáveis que, possivelmente, estão associadas ao resultado da análise dos moradores/as sobre cada associação.

Quadro 2 – Modelo da Matriz Histórica confeccionada com moradores/as do entorno sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte das famílias.

	← ANTES	1996 (ano de criação do PESB)	DEPOIS →
ÁGUA			
MATAS			
BICHOS			
CULTIVO AGRÍCOLA			

A confecção da matriz não possibilita uma análise aprofundada sobre os impactos dos/as moradores/as sobre a biodiversidade e o impacto da criação do PESB na vida destes/as, uma vez que outras variáveis interferem no espaço e no tempo. Entretanto, a ferramenta contribuiu para uma reflexão coletiva sobre os temas e sua evolução histórica em dois períodos distintos, destacando a importância da criação do PESB para a conservação da biodiversidade e seus impactos sobre a vida no entorno. Essa discussão pode contribuir para uma maior compreensão sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte dos/as moradores/as ali localizados, orientando ações relacionadas à conservação do território como um todo em consonância com o pleno desenvolvimento do mesmo.

Cabe ressaltar que esses encontros tiveram um papel relevante para além da sistematização, pois retomou, nessas comunidades, o debate sobre o parque que estava esquecido desde a mobilização para a criação do mesmo; proporcionou uma reflexão coletiva importante sobre a experiência tanto para o processo de sistematização, quanto para a gestão participativa da Unidade de Conservação; trouxe às comunidades informações relacionadas à questões atuais, tais como: mineração no entorno; gestão do PESB e entorno e; Território da Serra do Brigadeiro e; trouxe para o debate a situação e função das outras categorias de Unidades de Conservação criadas como as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e sobre o ICMS Ecológico.

O ICMS ecológico, imposto que gera receitas para os municípios que possuem áreas inseridas em Unidades de Conservação, constitui-se motivo de muita polêmica entre moradores/as que não vêem este benefício sendo revertido para as comunidades.

Todas essas informações, já em discussão há algum tempo tornam-se novidades para as comunidades. Estas são carentes de qualquer tipo de informação que circula no PESB e entorno.

5. Análise e destaque de conclusões de todo o processo

Todas as informações resgatadas e/ou levantadas sobre a experiência foram tabuladas e sistematizadas dentro dos cruzamentos (eixos x componentes) gerados pela matriz. Isso facilitou a organização dos dados coletados, a análise posterior e as associações feitas entre os temas levantados a partir da sistematização.

Essa análise preliminar, gerada a partir dos dados primários e secundários, resultou num documento-base contendo as principais conclusões sobre a experiência de criação e implantação do PESB. Essas conclusões são reflexões gerais relacionadas à experiência como um todo, fruto de uma análise da sistematização sobre todos os temas gerados.

Como parte do trabalho de revisão metodológica, foi realizada uma reunião com a equipe técnica do CTA-ZM para apresentação e discussão do material preliminar e da metodologia para o encontro final. Foi apresentado um resgate histórico da experiência, utilizando a técnica da linha do tempo, confeccionada pela sistematização, incluindo outros eventos relevantes ao tema em âmbito nacional e internacional.

A linha do tempo é uma técnica participativa que auxilia o resgate histórico de uma determinada experiência ou processo junto com os envolvidos, tendo em vista duas variáveis: os períodos (em anos, meses ou dias) e os eventos mais significativos que possam reconstituir a história. Essa linha do tempo foi discutida e revisada com a equipe que contribuiu, também, com a inclusão de novos eventos que ainda não haviam sido incorporados. Posteriormente, foi realizada, em grupo, uma leitura do documento-base com as conclusões preliminares, as quais foram discutidas nos grupos e depois em plenária.

Essa reunião resultou na contribuição da equipe para a revisão do documento-base, bem como para a reflexão e levantamento de novas conclusões sobre o processo. Foram ressaltados pontos de dúvida; informações adicionais foram sendo incorporadas e; a discussão apontou a necessidade de maior aprofundamento em determinados temas.

O objetivo do documento-base foi subsidiar a etapa seguinte de extração de lições. Como forma de facilitar a compreensão as conclusões foram apresentadas por temas, que foram definidos, tendo em vista os principais elementos da análise, quais sejam:

1. As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro;
2. Os conflitos;
3. A participação social;
 - 3.1 Gênero e geração.
4. As estratégias utilizadas;
 - 4.1 Participação;
 - 4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.
5. As articulações interinstitucionais;
6. Os impactos da criação e implantação do PESB;
7. A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.

6. Extração de lições aprendidas

O último encontro da sistematização consistiu na extração de lições aprendidas sobre o processo. Para efeitos desta metodologia, entende-se por lições aprendidas um conjunto de recomendações geradas a partir de reflexões sobre uma determinada experiência vivida. Tais

recomendações são direcionadas ao próprio processo de intervenção institucional, como forma de melhorar a sua prática e também ao público de interesse. Elas podem ser tanto positivas (relacionadas ao que foi bom), quanto negativas (relacionadas ao que não foi bom) e remetem a uma experiência local/territorial, tendo em vista os processos vividos por aquele grupo ou organização.

Para este encontro foram organizados e preparados materiais descritivos e dinâmicas que possibilitaram uma participação ativa e qualificada dos/as participantes.

O Encontro foi dividido em três momentos:

1. Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo;
2. Leitura do documento-resumo das conclusões da sistematização;
3. Extração de lições.

1. Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo.

Foi apresentada a linha do tempo do processo confeccionada a partir dos relatos e documentos. Após a apresentação foi aberta a discussão para que o grupo pudesse contribuir incorporando novos eventos que não foram apontados na linha ou retificando informações. O resgate histórico da experiência resultou na linha do tempo geral da experiência, com a contribuição de todos os atores envolvidos na sistematização. Contribuiu ainda para que o público pudesse lembrar, num contexto coletivo, fatos históricos vivenciados pelos diferentes atores e/ou grupos, subsidiando a etapa seguinte.

2. Leitura do documento-resumo das conclusões da sistematização.

Foi apresentado ao grupo o documento-base contendo as principais conclusões da sistematização, sobre cada tema gerado. Este material foi lido em grupos que foram divididos por segmentos: agentes governamentais; atores sociais da organizações não-governamentais e; autores sociais locais. A leitura do material se deu de forma coletiva, discutindo e destacando as contribuições (novas conclusões; discordâncias e dúvidas). A plenária foi conduzida com a apresentação de cada grupo acerca das discordâncias e contribuições para cada tema. O objetivo desse momento não foi consensuar, mas provocar discussão, reflexão, troca de experiências e subsidiar o momento seguinte. Como resultados foi possível obter as conclusões do processo incorporando contribuições do grupo de atores envolvidos.

3. Extração de lições.

O último momento do encontro consistiu na manutenção dos mesmos grupos, os quais trabalharam no sentido de refletir sobre as lições e aprendizados do processo dentro da vivência de cada um. Foram apresentadas duas perguntas geradoras para a reflexão e extração de lições: a) O que podemos recomendar à outras experiências, organizações ou processos

semelhantes? e; b) O que faríamos se fôssemos começar tudo de novo? A partir daí, os grupos foram para o debate refletindo sobre os aprendizados que podem ser replicados em outros espaços e aprendizados visando melhorar a prática de cada ator social e institucional envolvido. Após o debate foi realizada uma plenária final com a apresentação de cada grupo por meio de tarjetas, seguida de breve discussão. Todas as lições apresentadas foram acatadas pelo coletivo, não surgindo discordância sobre nenhuma, de modo que o resultado final foi um conjunto de lições deste grupo de atores envolvidos, a partir de reflexões sobre a experiência vivenciada.

7. Elaboração de um plano de difusão:

Tão importante quanto sistematizar uma experiência vivida por uma organização, pessoa ou grupos organizados, é criar condições para que os conhecimentos e os aprendizados adquiridos pelos atores sociais e institucionais envolvidos sejam multiplicados em outros espaços ou lugares. É também contribuir para que estes aprendizados sejam replicados e/ou compartilhados com outros atores que vivenciam processos semelhantes.

O processo de sistematização para ser completo deve se comprometer com a elaboração de estratégias e confecção de materiais de disseminação dos resultados e das lições aprendidas. Essa etapa compreende o último passo da sistematização.

Entende-se que a metodologia de sistematização utilizada é um processo de geração de conhecimentos e, portanto, deve ser multiplicado, replicado, disseminado e/ou compartilhado com diferentes públicos de interesse, tais como: organizações governamentais e não-governamentais; agências financiadoras; técnicos/as; pesquisadores/as; estudantes; moradores/as do entorno de Unidades de Conservação; dentre outros.

A metodologia de sistematização que o CTA-ZM vem utilizando prevê a elaboração de um plano de difusão que, nada mais é que, um planejamento dos produtos possíveis que podem ser elaborados a partir do documento final da sistematização e seus respectivos públicos interessados.

Para efeitos desta sistematização o plano de difusão apresentado no item 6 (SEMEANDO PELO CAMINHO... Plano de difusão dos conhecimentos) abrange, além dos possíveis produtos e públicos aos quais se destinam, o objetivo, o prazo para confecção e entrega e a previsão de itens orçamentários associado à cada produto.

Em termos metodológicos é importante frisar que, dentro das inúmeras possibilidades de produtos que podem surgir, a elaboração e confecção dos mesmos devem estar relacionadas ao objetivo e disponibilidade de tempo e de recursos humanos e financeiros.

3. ERA UMA VEZ... O histórico do processo:

Nos debates sobre a conservação e uso dos recursos naturais fica muito evidente a ênfase sobre as conseqüências da degradação ambiental provocadas pela ação dos seres humanos sem, no entanto, que estes debates aprofundem, da mesma maneira, sobre as raízes históricas desses problemas ou suas causas. Nesse resgate podem estar localizadas não justificativas para a degradação irracional dos seres humanos para com a natureza, mas, sobretudo, elementos que venham contribuir para uma melhor compreensão sobre o tema. Desse modo, é bem possível que este seja tratado não apenas com medidas paliativas, mas com alternativas preventivas e verdadeiramente efetivas para a conservação dos recursos naturais.

Para compreender como ocorreu o processo de criação e implantação do PESB, faz-se necessário um resgate da experiência, tendo em vista os antecedentes históricos nos quais a mesma se localiza. Para tanto, esse capítulo se ocupa em:

- relatar (sem maiores aprofundamentos) o processo de ocupação e colonização da região e suas implicações na degradação evolutiva da Mata Atlântica ali existente;
- resgatar o projeto original de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e;
- resgatar o histórico de criação e implantação do PESB, a partir do envolvimento de diferentes atores (sociais e institucionais)¹.

Foi traçada uma linha do tempo (Anexo 4) da experiência, incluindo eventos paralelos considerados relevantes ao tema. Essa linha do tempo foi apresentada e debatida com o grupo de atores envolvidos na sistematização no encontro final, realizado em julho de 2006. A partir da contribuição do grupo novos elementos puderam ser incorporados à linha, bem como a correção de algumas informações.

3.1 O Processo de ocupação colonial e a Mata Atlântica regional

Segundo consta em alguns documentos até meados do século XVII não se tem registros de exploração na região. Acredita-se que por fatores de ordem natural, tais como: a densa cobertura vegetal; os terrenos montanhosos e íngremes e; a presença de índios e por fatores

¹ Para efeitos desta sistematização os atores sociais e institucionais envolvidos estarão agrupados segundo BARBOSA (2005): i) autores sociais locais referindo-se às classes marginalizadas, tais como, os agricultores/as e suas organizações, moradores/as do entorno; ii) atores sociais das organizações não-governamentais e; iii) agentes governamentais.

políticos, tais como: o medo de desvio do ouro e a conseqüente proibição de trânsito nestas regiões. Nessa época, consta que só se aventuravam por estas brenhas os grandes facínoras e os criminosos políticos à procura de refúgio (CTA-ZM, 2003).

Até meados do século passado a ocupação da parte ocidental da serra estava restrita a povos indígenas. Nesse período a estrada real ligava os municípios de Ouro Preto e São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), passando pelo povoado de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), por uma trilha aberta em uma floresta densa (SAINT-HILAIRE, 1822 citado por GJORUP, 1998).

Segundo GJORUP (1998) tanto o corte de árvores quanto o trânsito fora desta trilha eram proibidos pelo governo, com o objetivo de controlar o contrabando de metais preciosos, principalmente o ouro da região de Ouro Preto. Algumas populações negras se refugiaram em áreas próximas à serra em conseqüência desse isolamento.

De acordo com FONTES et al, 2000, na porção ocidental encontram-se remanescentes de populações negras, trazidas para o trabalho nas minas, e dos antigos Puris, indígenas que habitaram toda essa região.

O primeiro arraial fundado do lado ocidental da serra tinha o nome de Arraial dos Arrepiados, a atual cidade de Araponga, em função da Serra dos Arrepiados (referência aos índios que ocupavam a região).

O núcleo primitivo de Araponga se formou por volta de 1810 (IGA, 1982 citado por GJORUP, 1998) em conseqüência da descoberta de jazidas de ouro na região que logo vieram a se esgotar, deixando a mesma em situação de abandono, de modo que a vila só volta a crescer (lentamente) no início do século XX (CTA-ZM, 2003). O arraial permaneceu ligado ao município de São João Batista do Presídio e Januário de Ubá até 1871, quando foi incorporado a Santa Rita do Turvo. Em 1886, o distrito passou a chamar-se São Miguel de Araponga; em 1938 foi incorporado ao Município de Ervália, ao qual ficou subordinado até 30 de dezembro de 1962, quando foi criado o município de Araponga e a vila, então, foi elevada à categoria de cidade. (GJORUP, 1998).

O lado oriental da serra teve um histórico de ocupação distinto. A região constitui-se um caminho natural entre as Serra do Caparaó e do Brigadeiro (GJORUP, 1998). Nela encontram-se descendentes de migrantes europeus que chegaram no início do século XX (FONTES et. al., 2000). Esta região foi o caminho preferencial dos exploradores que partiam de Juiz de Fora em

direção ao interior do Quadrilátero Ferrífero e às áreas do Caraça e do Alto Rio Doce na época áurea da mineração no estado (GJORUP, 1998; FONTES et al, 2000).

De acordo com MOURA (2006) a região da Zona da Mata foi colonizada por mineiros, brancos e negros. Um século depois, segunda metade do século XIX, o objeto das migrações muda do ouro para o café, mas continua privilegiando os egressos da região central de Minas que pudessem disponibilizar o indispensável para o início de atividades: capital e mão-de-obra.

A massa escrava na região mineradora é destinada ao cultivo do café e ocorre na região um processo de aculturação do negro processada na região central da Província. A linguagem, a religiosidade, os bailados, a música dos negros ainda presentes na cultura negra da Zona da Mata. (MOURA, 2006). A colonização da região é, portanto, marcada pela exploração dos recursos naturais (inicialmente ouro e madeira) e humana (principalmente índios e negros).

Com esse histórico de ocupação e colonização, FONTES et. al. (2000) ressalta que a população da região tem raízes culturais diversas e, em algum momento do passado não muito remoto, viveram conflitos intensos. Para BARBOSA (2005) é o reflexo de uma identidade da serra que o autor denomina *amerindiafricana*, trabalhadores e trabalhadoras rurais, cujas raízes denotam uma cultura influenciada por ameríndios, afro-brasileiros e euro-descendentes.

Durante a Revolução de 30 acontece na região novo processo migratório dos europeus para a região que passa a ser utilizada como refúgio de tropas. Os europeus chegando ao porto de Santos e, não encontrando as terras que lhes havia sido prometida, desloca-se para o entorno da Serra, num novo momento de colonização, onde lá encontram as populações já estabelecidas nas serras (Barbosa, c.p. encontro final da sistematização, 2006).

A vegetação predominante na região é a Floresta Tropical Atlântica Montana, com alta pluviosidade e alta incidência de epífitas, como bromélias e orquídeas (LEONI, 1995 citado por COSENZA & VENÂNCIO, 2000), além dos campos montanos situados acima de 1.500m de altitude. Atualmente estima-se que exista apenas 10% de florestas não-perturbadas ou com poucas alterações antrópicas, localizadas nos grotões úmidos e nas porções íngremes da serra, principalmente na região denominada “Brigadeiro”, no extremo norte do parque (COSENZA & VENÂNCIO, 2000).

A região possui atualmente um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas no Estado de Minas Gerais localizado no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). A sua área é distribuída entre florestas de encosta (floresta

estacional semidecidual submontana), campos naturais (campos de altitude ou montanos) e áreas de transição, nas quais são encontradas espécies de árvores de grande valor comercial como cedro (*Cedrela fissilis*), canjerana (*Cabralea canjerana*), jequitibá (*Cariniana legalis*), canela (*Ocotea sp.*), óleo-vermelho ou copaíba (*Copaifera langsdorffii*), bicuíba (*Virola sp.*), ipês (*Tabebuia sp.*), dentre outras (COSENZA & VENÂNCIO, 2000).

O PESB também é refúgio de espécies da fauna em risco de extinção, como é o caso do miqui ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), maior primata do continente americano e o maior mamífero endêmico do Brasil. O PESB representa, portanto, uma das mais importantes áreas para a preservação desta espécie, pois foram registrados grupos localizados em regiões distintas do parque, o que pode representar uma das maiores concentrações deste primata em Minas Gerais (CTA-ZM, 2003).

O PESB é considerado uma área - chave (*key area*) para a conservação das aves da região neotropical (SIMON et. al., 1999 citado por CTA-ZM, 2003), tendo em vista as várias espécies de aves mundialmente ameaçadas de extinção que nele ocorrem e por ser uma considerável área de um dos ecossistemas mais devastados do planeta.

A riqueza de sapos, rãs e pererecas encontradas até o momento, associada a novos táxons e espécies raras e/ou ameaçadas de extinção, demonstra a importância da Serra do Brigadeiro na manutenção e preservação de várias espécies de anfíbios ainda pouco conhecidas na região sudeste do Brasil (CTA-ZM, 2003).

O PESB ainda possui uma extensa rede de drenagem, com inúmeras cachoeiras, sendo um divisor de duas importantes bacias hidrográficas para o Estado de Minas Gerais, as bacias do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul.

Esses são alguns dos atributos que fazem dessa Unidade de Conservação uma das áreas prioritárias para a *preservação* no Estado de Minas Gerais. No contexto da região existe, portanto, um patrimônio ambiental e cultural que deve ser considerado nas estratégias de *conservação*.²

O início do processo de degradação da Mata Atlântica na região não difere do histórico nacional quando da ocupação e colonização do Brasil com a chegada dos portugueses. O período

² Ressalta-se aqui a diferença conceitual entre preservação e conservação. As diferentes concepções e visões a respeito da relação ser humano e meio ambiente determinam conceitos distintos entre preservar (manter em estado natural e isolado da ação humana) e conservar (utilizar sem destruir; admite-se o ser humano como componente integrado a esse ambiente).

foi marcado com a derrubada de áreas extensas de florestas para a ocupação, colonização, exploração e habitação, de forma, desordenada e sem a preocupação necessária com a sustentabilidade ambiental (FONTES et. al., 2000).

Em 1500, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, a Mata Atlântica cobria 15% do território nacional, área equivalente a 1.306.421 Km², abrangendo 17 estados brasileiros (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2002). Atualmente o bioma está reduzido a cerca de 5% de sua área original em função do histórico de degradação e utilização de forma insustentável e irracional. Segundo estes autores, configura-se como o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da ilha de Madagascar na costa da África.

A floresta original nesta região vem sendo alterada desde 1800, quando se inicia o processo de ocupação colonizadora da região por motivos da exploração do ouro. Nessa época, existia uma extensa cobertura vegetal na Zona da Mata de Minas Gerais, integrando a Mata Atlântica. Após a exploração do ouro a atividade agrícola substituiu parte da vegetação florestal, através da pecuária de corte extensivo e a cafeicultura. Os índios que ocupavam a região foram sendo aniquilados gradativamente, em decorrência da exploração de minério primeiramente e pela ocupação das matas para lavouras de café, posteriormente.

GJORUP, 1998 citando SAINT-HILAIRE (1822) relata que havia no início do século XIX uma paisagem quase que totalmente coberta antes da ocupação humana na região.

Por volta de 1800 a preocupação com as questões ambientais era incipiente, e nem mesmo existia o termo sustentabilidade situando esta preocupação no presente e remetendo-a à uma visão de futuro. O pensamento ambientalista no Brasil, segundo PÁDUA (1997) surge entre 1820 e 1920, caracterizado por possuir uma preocupação política sem necessariamente se restringir à esta, se expressando assim, por várias correntes. O pensamento deu origem à um movimento que viria influenciar toda a discussão ambiental no país até os dias atuais.

Com o declínio do ciclo do ouro, os embargos à atividade mineral, o esgotamento das jazidas e a dificuldade de ocupação de novas áreas ocupadas pelos índios, muitos mineradores que acumularam capital passaram a investir na agricultura e pecuária nos anos de 1800. A produção de café passou a ser a principal atividade da Zona da Mata e o desmatamento da região, segundo MOURA (2006), foi feito com violência da encosta ao espigão, com machado, fogo e técnicas rudimentares. O objetivo era a terra para plantar café, sem olhar para os efeitos daninhos no futuro. Não faltaram protestos contra tal devastação, principalmente dos viajantes

estrangeiros. Mas o resultado foi o crescimento vertical da curva populacional (em número de habitantes) da Zona da Mata de 1822 a 1920:

Ano	Número de habitantes na Zona da Mata mineira
1822	20.000
1872	250.000
1890	430.000
1920	840.000

Fonte: adaptado de MOURA (2006).

A produção cafeeira, em arrobas, foi a seguinte:

Ano	Produção cafeeira, em arrobas, na Zona da Mata mineira
1839	243.473
1860	688.946
1880	5.357.920
1900	104.196.176

Fonte: adaptado de MOURA (2006).

Com a retirada da floresta os sistemas produtivos foram ficando cada vez mais frágeis devido a exportação, perda de nutrientes e a deficiência na ciclagem dos mesmos e erosão. Aos poucos as lavouras de café foram sendo substituídas por pastagens e culturas anuais voltadas para a subsistência dos/as agricultores/as, tais como milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e fumo (GOMES, 1986 citado por FERREIRA NETO et al., 1998).

No passado recente, foi implantada uma agricultura com base na chamada Revolução Verde que, de acordo com SANTOS et. al, (2005), foi um processo de modernização agrícola por meio do qual os países pobres puderam aumentar a produção e a produtividade da sua agricultura. Esse processo de mudança se assentou no chamado “pacote tecnológico”, ou seja, um conjunto de recomendações técnicas que incluíam o uso de sementes melhoradas geneticamente, a motomecanização e o uso intenso de insumos químicos.

Esse modelo implantado pela Revolução Verde criou dependência tecnológica e levou à descapitalização de agricultores/as familiares (GOMES, 1986 citado por FERREIRA NETO et al., 1998), fazendo com que os/as mesmos/as ocupassem os já escassos remanescentes da floresta, à procura de solos férteis (FERREIRA NETO et al., 1998), gerando um grave problema ambiental, uma vez que essas áreas, pelas características físicas e topográficas da região,

configuram-se Áreas de Preservação Permanente (APP's) de acordo com o Código Florestal de 1965.

De 1950 a 1970 houve uma intensa exploração florestal causada pela empresa siderúrgica Belgo-Mineira que utilizava madeiras nobres para alimentar os altos-fornos de carvão, agravando ainda mais a situação de devastação da Mata Atlântica na região. Todo esse histórico culminou na redução, em área e espécies, da floresta original que, atualmente, é constituída por florestas secundárias em diferentes estágios de regeneração (COSENZA & VENÂNCIO, 2000).

Em 1960 é criada a Escola Nacional de Florestas em Viçosa, MG e a região, caracterizada por um conjunto de montanhas que recebia vários nomes regionais, passa a ser visitada por professores e pesquisadores. A partir dessas visitas estes passam a denominar a área de Serra do Brigadeiro, alguns dizem que em função de uma antiga fazenda localizada na região e que pertenceu a um militar da aeronáutica, outros dizem que em função de brigas, disputas e de um passado de violência associado à região.

Os pesquisadores observam a degradação evolutiva da Mata Atlântica regional e nasce daí uma preocupação ambiental que culmina na proposição de ações voltadas para a preservação do bioma.

3.2 A proposta inicial de criação do PESB

A proposta de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) remete à década de 70. Dois professores/pesquisadores do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (DEF/UFV), Elmar Alfenas Couto (também capitão da Polícia Militar) e James M. Dietz propuseram, na ocasião, a criação de um Parque Estadual na região. Ambos eram vinculados ao Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), organização não-governamental (ong) ambientalista, sediada em Viçosa, MG.

Desde a criação da Escola Nacional de Florestas, em Viçosa, MG, na década de 60, professores e técnicos passaram a visitar a região e observar atributos importantes da mesma, relacionados aos recursos hídricos, à fauna, ao solo e à flora. Observaram ainda a devastação das matas da região e a destruição do habitat de espécies da fauna, muitas delas em extinção (COUTO e DIETZ, 1980). Desde a década de 50 a empresa multinacional Belgo-Mineira explorava de forma intensiva as matas nativas da região para abastecer os fornos de carvão das suas usinas siderúrgicas.

Na época a preocupação com o que viria a ser um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado, culminou em várias tentativas de criação de uma Unidade de Conservação que fosse capaz de conservar uma área representativa do bioma.

Em decorrência do ritmo acelerado em que se encontrava o desmatamento na área onde se localizava a Fazenda do Brigadeiro, colocando em risco diversas espécies de árvore de alto valor econômico, surgiu a primeira iniciativa legal de preservação da Mata Atlântica naquela região. O ato de devastação provocou uma série de protestos que chegaram à Presidência da república, em forma de denúncias e informações, gerando o Decreto n.º 1.493, de 09 de novembro de 1962, declarando como protetoras as florestas nativas, de propriedade privada, existentes na Serra do Brigadeiro (CAVALCANTI, 1971 citado por COUTO & DIETZ, 1980). Nesse mesmo período foi criado o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), que passou a regular o uso dos recursos naturais, fiscalizar crimes ambientais e administrar as unidades de conservação no Estado.

Apesar do decreto, o desmatamento continuou até que foi embargado em 1970, contribuindo para preservar uma considerável área de mata original equivalente a 1.300 ha que constituem a Fazenda do Brigadeiro (COUTO & DIETZ, 1980).

Em 1972 acontecia a Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, repercutindo internacionalmente e influenciando a criação do primeiro órgão ambiental brasileiro, a Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973 (SANTOS et. al., 2005).

Durante o ano de 1975 os dois pesquisadores do CMCN/UFV realizaram as primeiras visitas à região com o objetivo de propor a criação de uma Unidade de Conservação.

Influenciados pelo modelo norte-americano de criação de unidades de conservação, após visita aos Estados Unidos da América (EUA) e também por experiência anterior na criação de uma Unidade de Conservação na região norte do Brasil, os pesquisadores, incentivados pelo Profº Roberto da Silva Ramalho, então presidente do CMCN na época e vinculado ao DEF/UFV, propuseram a criação de um Parque Estadual na Serra do Brigadeiro. Segundo Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005), a visita aos EUA proporcionou a possibilidade de conhecer a forma correta de se criar estas unidades.

O histórico das Áreas Protegidas remete ao período do início da civilização, no qual os povos reconheceram a existência de sítios geográficos com características especiais e tomaram medidas para protegê-los. Esses sítios estavam associados a mitos, fatos históricos marcantes e à proteção de fontes de água, caça, plantas medicinais e outros recursos naturais. O acesso e o uso dessas áreas eram controlados por tabus, normas legais e outros instrumentos de controle social (MMA, 2001).

Observaram e coletaram dados especialmente sobre a vegetação e a fauna silvestre, levantaram a situação fundiária e também coletaram informações de moradores e fazendeiros da região. Estas informações coletadas apontaram a existência de cerca de 400 famílias residindo nos 32.500 ha em que se pretendia criar o parque e, por conta das limitações legais relativas ao uso da terra na localidade, chegou-se à conclusão de que a única decisão racionalmente viável seria a criação do parque. O uso da terra para fins agropastoris não seria permitido devido a região possuir vegetação declarada como preservação permanente, de acordo com o código florestal de 1965 (COUTO e DIETZ, 1980).

Segundo Couto, c.p. (encontro final da sistematização realizado em 2006), houve ainda, um abaixo-assinado coordenado pelo Profº Virgílio Andrade, também vinculado ao CMCN na época, o qual coletou cerca de 10.000 assinaturas favoráveis à criação do referido parque.

A primeira Unidade de Conservação criada no mundo foi o “Yellowstone National Park” ou o Parque Nacional de Yellowstone, nos E.U.A, em 1872, portanto, essa Unidade de Conservação inaugura o conceito moderno de criação dessas áreas. Os objetivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer (MMA, 2001).

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do Engº. André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone) de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia (MMA, 2001).

A escolha da categoria parque não se apoiou em estudos técnicos aprofundados. Na época não havia muitos debates sobre categorias de Unidades de Conservação ou distinção clara entre parques e reservas e a discussão girava em torno destas duas categorias, de modo que o PESB foi proposto a partir de alguns estudos. Entretanto, estes foram incipientes na época, uma vez que a discussão sobre categorias de Unidades de Conservação, em âmbito nacional e mesmo acadêmico, ainda era algo muito recente. Segundo Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005) a

categoria se justificava por uma questão de tradição, uma vez que no Brasil sempre se criou parque, tais como: Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional do Pantanal, Parque Estadual do Rio Doce, dentre outros.

O pesquisador afirma que chegou a mudar a categoria proposta de acordo com a credibilidade dos termos, tais como reserva florestal, reserva biológica etc., no âmbito do debate sobre unidades de conservação no Brasil sem que, no entanto, fosse modificado o conteúdo da proposta. Acredita-se que mais tarde as características físicas, o potencial turístico da região e a possibilidade do uso público foram se tornando as principais justificativas para definição da categoria parque.

Até a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, o Brasil baseava-se no Plano de Unidades de Conservação apresentado pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) no final da década de 70 e no Regulamento Nacional de Parques para a criação e gestão de suas unidades de conservação (LIMA, 2003).

Em 1976 de posse desses dados levantados Couto e Dietz elaboram um roteiro de sugestões para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Essa proposta original abrangia uma área de 32.500ha que, segundo os pesquisadores, seria o mínimo para a efetiva conservação. O critério utilizado delimitava uma cota de 1.000m de altitude para os limites físicos do parque, abrangendo o total de área citada. Na época, segundo Couto c.p. (entrevista concedida em 2005) não se previa o problema fundiário que isso causaria, uma vez que, levantamentos realizados indicavam uma situação fundiária favorável, pois dados da RURALMINAS determinavam que 60% da área eram terras devolutas, o que foi fortemente contestado mais tarde por agricultores da região. Em contrapartida, as lideranças dos agricultores afirmam que a RURALMINAS considera todas as terras que o proprietário não tem o título regular como sendo devolutas e na região existem várias situações como esta, mas com famílias inteiras morando nessas áreas.

Nesta proposta descartou-se qualquer possibilidade de tensão social provocada por desapropriações, sendo colocado que toda a possível mão-de-obra disponível seria absorvida pela cafeicultura, a qual encontrava-se em franco desenvolvimento na Zona da Mata e indicava perspectivas de obtenção de melhores salários e uma vida mais digna (COUTO & DIETZ, 1980).

Em 1981 é criado o Conselho Nacional de meio Ambiente (CONAMA), configurando-se como uma instância coletiva de tomada de decisão e representando um marco na política ambiental brasileira devido o seu caráter legislativo (SANTOS et. al., 2005).

Em 1988 o Governo do Estado de Minas Gerais promulga uma lei autorizando a criação do PESB. Para os pesquisadores, idealizadores da Unidade de Conservação, a ocupação agrícola na região onde hoje se localiza o PESB, ocorreu no intervalo de tempo entre a proposta de criação (1980) e a promulgação da lei autorizativa para a criação (1988), dando lugar à pequenas e grandes propriedades rurais que produzem principalmente café (Couto, c.p., entrevista concedida em 2005).

A proposta original de criação do PESB se sustentava em dois eixos, um ecológico e outro sócio-cultural, para justificar sua importância. O primeiro deles dado pelas condições topográficas da serra, que fazem dela uma região ecologicamente distinta das demais áreas circunvizinhas, propiciando a existência de exemplares da fauna e flora de grande importância por serem espécies típicas da Mata Atlântica ou por estarem incluídas na lista de animais brasileiros ameaçados de extinção. Além disso, é colocada, na época, a importância de conservar a área com vistas ao treinamento dos futuros engenheiros florestais estudantes da Universidade Federal de Viçosa - UFV, no manejo racional de matas naturais e da fauna que ali se encontra.

De acordo com COUTO e DIETZ (1980) a justificativa sócio-cultural baseou-se, sobretudo, no potencial turístico da área apontando para os enormes lucros provenientes desta atividade em todo o mundo e para a consonância com os objetivos conservacionistas. Assim, a proposta original tinha como objetivos:

- Preservar uma amostra representativa do ecossistema da Zona da Mata de Minas Gerais com seus recursos genéticos associados;
- Fornecer uma área adequada para a investigação científica;
- Manter um ponto de referência para medir alterações no ambiente da Zona da Mata;
- Fornecer uma área na qual o turismo, baseado no uso não consumptivo dos recursos da Zona da Mata.

A proposta trazia o modelo de decreto-lei e descrevia ainda sugestões para o processo de implantação e gestão do parque, com orientações para zoneamento, elaboração de plano de manejo, administração e fiscalização.

3.3 O processo de criação e implantação do PESB

A elaboração da proposta original por Couto e Dietz em 1976 contribuiu para que, em 1988, o governo do Estado de Minas Gerais promulgasse uma lei autorizando a criação do PESB, a Lei Autorizativa n.º 9.655 de 20 de julho de 1988. Essa lei propunha que os limites inferiores do parque estivessem na cota de 1.000 m de altitude, abrangendo uma área de 32.500 hectares, nos quais havia pequenas propriedades rurais produtivas que seriam, inevitavelmente, desapropriadas.

A área envolvia os municípios de Muriaé, Miraí, Miradouro, Araçuaia, Abre Campo, Sericita, Fervedouro e Ervália. Mais tarde o município de Pedra Bonita passaria a fazer parte dos municípios envolvidos na área do PESB no lugar do município de Abre Campo, emancipando deste enquanto distrito.

O projeto original, de acordo com Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005) sofreu oposição num primeiro momento pela empresa Belgo-Mineira, que teve sua exploração de madeira embargada para a criação do PESB (década de 70) e posteriormente pelas organizações ligadas aos movimentos sociais que lutaram pela redução da área do parque em favor do direito sobre a posse da terra pelas famílias que ali residem.

Em 1988 é aprovada a Constituição da República Federativa do Brasil, uma conquista do processo de mobilização social em favor de uma sociedade mais democrática e um marco no contexto das políticas sócio-ambientais no Brasil. Segundo SANTOS et. al. (2005), a Constituição de 1988 foi responsável por institucionalizar princípios e normas pautadas em conceitos como participação e controle social, refletindo um conjunto de aspirações da sociedade civil no que diz respeito à participação e à transparência na gestão política do país. Representou, também, avanços na área ambiental ao dedicar um capítulo inteiro ao meio ambiente, inter-relacionando o mesmo aos capítulos da ordem econômica e social.

Em 1993, o IEF-MG iniciava os estudos para a criação efetiva e implantação do Parque, contratando para isso, serviços da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG) e o Departamento de Biologia Animal (DBA) da UFV, para efetuarem os levantamentos do meio biótico e a empresa de consultoria ENGEVIX para fazer os estudos do meio físico. Durante o período não foi realizada consulta aos moradores/as da área por parte das entidades responsáveis pelos estudos e não era de conhecimento das mesmas a realidade histórico-social na qual a Unidade de Conservação seria

criada, embora todo o processo seja anterior à Lei do SNUC/2000, a qual prevê a obrigatoriedade de consulta pública precedendo a criação dessas áreas.

Em 1991 inicia-se as discussões sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC. De acordo com LIMA (2003) diversas leis antecederam o SNUC com o intuito de instituir novas categorias de unidades de conservação ou normatizar seu processo de implantação e gestão como as citadas a seguir:

- *Lei 4.771/1965 – Institui o Código Florestal, prevendo a criação de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais;*
- *Lei 5.197/1967 – Dispõe sobre a proteção da fauna, reafirmando a criação das Reservas Biológicas;*
- *Lei 6.513/1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de interesse Turístico;*
- *Lei 6.902/1981 – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental;*
- *Lei 6.938/1981 – Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, enfatizando a criação de Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas;*
- *Lei 7.804/1989 – Institui a categoria Reserva Extrativista;*
- *Lei 98.897/1990 – Disciplina e normatiza as Reservas Extrativistas;*
- *Lei 98.914/1990 – Regulamenta as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.*

Em 1992 acontece a Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Esse encontro se constituiu o maior evento de caráter intergovernamental do gênero, reunindo representantes de 178 países, 102 chefes de Estado, cerca de 4.000 organizações não-governamentais com o objetivo de elaborar um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável (GAMA, 2003 citado por SANTOS et. al., 2005).

Ainda em 1993 as notícias sobre a criação do parque utilizando o critério da cota 1.000m já começavam a surgir dentro da UFV e através de jornais e boletins que circulavam em municípios abrangidos pela proposta.

Nesse período o IEF-MG realiza o primeiro curso livre na UEMG (nível de pós-graduação lato sensu), para técnicos da instituição, em administração e gestão de Unidades de Conservação, sinalizando a preocupação com a capacitação dos funcionários com esse fim.

No final de 1993 o CTA-ZM, organização não-governamental sediada em Viçosa e com atuação na Zona da Mata, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, um dos municípios abrangidos pela área do parque, realizaram um Diagnóstico Rural

Participativo (DRP)³ com o objetivo de traçar um plano de trabalho para o STR daquele município. O DRP apontou várias demandas em diferentes áreas, uma delas relacionada à área ambiental tratava-se da necessidade de conservação dos recursos naturais água e solo. O assunto sobre a criação do parque surgiu a partir daí e lhe é conferida tamanha importância dentro do DRP que passa a ser uma prioridade para o STR de Araponga, dentre tantas outras demandas.

A busca por maiores informações sobre a criação do parque surgiu como demanda do DRP, uma vez que, entre as principais preocupações a criação do mesmo e a ameaça de desapropriações suscitavam nos/as moradores/as a demanda por informações sobre o futuro de suas vidas, levantando questões relevantes e urgentes sobre o que iriam fazer; como iriam sobreviver; para onde iriam as famílias, dentre outras.

O DRP de Araponga apontou o questionamento sobre a criação do PESB tendo em vista as bases originais, abrangendo terras produtivas e ocupadas por agricultores/as familiares. Muitos/as destes/as questionaram: “porque melhorar a terra se vamos perdê-la?”, ou, “porque cuidar da terra se vão criar bicho nela?” (Seu Neném, liderança de Araponga, c.p., entrevista concedida em 2005).

As organizações ligadas aos movimentos sociais criticavam a proposta acusando-a de defender a natureza em detrimento da população: “Vocês defendem os macacos e prejudicam os homens” (Couto, c.p., entrevista concedida em 2005).

A partir do DRP de Araponga as organizações ligadas aos movimentos sociais assumiram o compromisso de buscar maiores informações a respeito da criação do parque juntamente com o STR local. Estas eram de difícil acesso e não estavam sendo disponibilizadas à sociedade, conflitando com a urgência que a mesma demandava. Iniciava-se então, um processo intenso de busca de informações junto ao IEF-MG paralelo à mobilizações comunitárias e pressões sobre instituições do poder público.

O critério da cota de altitude levou uma demanda de nível municipal para uma esfera micro-regional, pois a criação do PESB na cota 1.000m acarretaria problemas de ordem fundiária e esta, por sua vez, implicaria em impactos negativos nas esferas econômica, cultural, social, política e ambiental para todos os oito municípios do entorno.

³ O DRP pode ser definido como uma família de enfoques e métodos dirigidos a habilitar a população rural a compartilhar, aumentar e analisar seu conhecimento sobre sua vida e condições, para planejar e agir (CHAMBERS, 1994 citado por SANTOS, 2005).

O DRP de Araponga marcou o início da participação social nas discussões sobre a criação e implantação do PESB. A partir daí começou a mobilização para reverter os limites, pois havia muitas famílias acima da cota 1.000m. Nasce então, um processo de mobilização intenso a partir do CTA-ZM e STR de Araponga e que, posteriormente, é ampliada com uma articulação envolvendo outros STR's da região, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pólo FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais) e alguns professores/as da UFV ligados aos Departamentos de Solos e de Educação (DPS e DPE, respectivamente), como estratégia para somar forças contra a proposta original de criação. Organizações religiosas também intercederam divulgando as informações nas comunidades.

A ameaça de desapropriação suscitou a discussão sobre a criação da Unidade de Conservação e sobre a participação popular neste contexto, de modo que organizações pertencentes aos movimentos sociais da Zona da Mata e de moradores/as do entorno mobilizaram-se para buscar esclarecer em que fase se encontrava o processo de implantação do Parque, reivindicar e garantir direitos sobre a posse da terra e pela participação dos moradores/as no mesmo. Nesse período o CTA-ZM, os STR's e parceiros fizeram uma ampla mobilização, com escolha de representantes das comunidades, para acompanhar todo o processo.

Em junho de 1994 com o objetivo de esclarecer sobre a criação do PESB e suas conseqüências para a região e apontar soluções, foi realizada na sede do CTA-ZM em Viçosa, MG uma reunião para avaliação de alternativas para a conservação da Serra do Brigadeiro, fruto do processo de mobilização das organizações ligadas aos movimentos sociais. Estavam presentes representantes de comunidades rurais da Serra do Brigadeiro, STR's de Araponga, Carangola, Ervália, Miradouro e Muriaé; FETAEMG; CPT; pesquisadores da FAFILE/UEMG e da UFV; CTA-ZM; representantes de deputados estaduais; escritórios central e regionais do IEF-MG e; Prefeitura Municipal de Miradouro (CTA-ZM, arquivos internos).

Essa reunião marcou a primeira oportunidade de debate entre os vários segmentos atuantes na área de abrangência do PESB e o IEF-MG, e culminou em resultados importantes para o processo. O órgão ambiental, na ocasião, relatou a preocupação com o ambiente natural, esclareceu sobre a Lei Autorizativa/1988 e a cota altimétrica e informou sobre a existência de estudos preliminares que estavam em curso, relacionados aos meios biótico e abiótico e de estrutura fundiária. Foi uma primeira oportunidade dos demais participantes colocarem para o IEF-MG suas compreensões, expectativas e preocupações relacionadas às questões como: a cota

de 1.000m; as possíveis desapropriações dos/as moradores/as; o uso dos recursos florestais e naturais; a ausência, quase completa, de participação na condução do processo; o modelo de conservação almejado para a área, dentre outros (CTA-ZM, 1994a).

Como encaminhamentos da reunião, visando promover a participação social no processo, criou-se uma comissão formada pelo IEF-MG, CTA-ZM, STR's de cada município e DPS/UFV para a elaboração de trabalhos de campo e relatório da área sócio-econômica relativa às populações direta e indiretamente afetadas pela criação do parque na Serra do Brigadeiro.

Outro encaminhamento importante foi formação de um grupo de trabalho composto pelo IEF-MG, CTA-ZM, STR's, FETAEMG, CPT e representantes dos municípios. Este grupo seria uma primeira iniciativa de construção de um futuro conselho consultivo que acompanharia o IEF-MG na administração do parque, tendo a função de efetuar estudos, discutir e deliberar todos os assuntos relativos à Serra do Brigadeiro (FERREIRA NETO et. al., 1998; CTA-ZM, 1994).

A comissão realizou o levantamento sócio-econômico e ambiental, identificando, entre outros, o número de famílias inseridas na cota 1.000m e o consumo médio de recursos naturais pelas famílias. Relatos constam que existiam de 400 a 700 famílias na área abrangida pela cota altimétrica. Paralelo a isso o IEF-MG continuava os levantamentos físico e biótico que somados ao levantamento sócio-econômico, subsidiariam a implantação do PESB. Segundo FERREIRA NETO et. al. (1998), para a realização desse trabalho foram realizadas 22 reuniões, envolvendo 632 moradores/as distribuídos em 54 comunidades.

Em setembro de 1994 é realizada uma segunda reunião na sede do CTA-ZM, com o objetivo de dar continuidade às ações. A mesma contou com a presença de diferentes segmentos, membros dos STR's de Carangola, Araponga, Visconde do Rio Branco, Miradouro e Muiraé, CPT, CTA-ZM, pesquisadores da UFV, escritórios central e regionais do IEF-MG, Fundação Ford e CMCN. Na ocasião o IEF-MG apresentou os dados finalizados e os resultados preliminares do trabalho de implantação, ainda em andamento. A ENGEVIX apresentou dados levantados que confirmavam a necessidade de estratégias de conservação da vegetação na região (CTA-ZM, 1994b).

Esse foi um momento importante e estratégico para que as organizações pudessem apresentar propostas alternativas relativas às bases da criação e implantação do parque, tendo como referência dados concretos, estudos e levantamentos que respaldavam a discussão. A ENGEVIX, com base nos dados levantados, sugeriu a criação do parque numa área de

aproximadamente 11.000ha. O CTA-ZM contextualizou aspectos sócio-econômicos da região, a partir dos dados referentes ao estudo realizado junto ao IEF-MG, STR's e DPS/UFV e de outros trabalhos realizados pela entidade anteriormente, apontando os principais problemas e as possíveis soluções (CTA-ZM, 1994b).

As pesquisas que vinham sendo realizadas por pesquisadores da UFV, em parceria com o CTA-ZM, foram fundamentais para respaldar os argumentos das entidades mobilizadas contra a criação do parque na cota 1.000m e propor redefinições no desenho, mais factíveis com a realidade local. Pesquisas desenvolvidas por Guilherme Barcellos Gjorup, vinculado ao Departamento de Solos (DPS) e Fernando Silveira Franco, vinculado ao Departamento de Engenharia Florestal (DEF), com proposições no planejamento e uso da terra e nas delimitações do parque, tais como: implantação de faixa tampão com manejo sustentável, através da criação de APA's no entorno e; implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), em conjunto com agricultores familiares, contribuíram para proposição de alternativas para as famílias residentes no entorno do PESB.

Como encaminhamentos a reunião definiu: agenda de trabalho; definição de uma parceria entre IEF-MG, STR's e CTA-ZM através de "Convênio para implantação do parque e futuro plano de manejo do parque e seus entornos", na forma de minuta de proposta; criação do grupo de trabalho e definição da composição, envolvendo representantes dos STR's, das organizações não-governamentais da região de abrangência do parque, FETAEMG, IEF-MG, prefeituras e instituições de ensino superior, tendo em vista a criação do Conselho Consultivo posteriormente à criação do parque (CTA-ZM, 1994b).

Nesse mesmo ano de 1994 foi realizada em Muriaé, município abrangido pela área do parque, uma audiência pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na qual a criação do PESB é colocado na pauta para discussão, devido à urgência e à demanda por maiores informações. Nessa audiência todas as informações levantadas foram apresentadas com o objetivo de informar sobre o que vinha acontecendo e comprometer o poder público na luta para evitar a expulsão dos/as agricultores/as para as periferias das grandes cidades. As organizações se posicionavam em favor da criação do parque, mas contrários à expulsão de agricultores/as de suas terras.

A partir daí as informações tornaram-se mais acessíveis, mas sempre transcorrendo sob muita pressão social para garantir a participação. A criação do PESB passou a ser rediscutida

para além dos gabinetes do IEF-MG. Este designa um funcionário específico para a criação e gestão do PESB e a partir desse período começa a surgir uma mudança de concepção dentro da instituição, em relação à criação de Unidades de Conservação: mais aberta à participação social.

Ainda em 1994, representantes do CMCN e do DEF/UFV se afastam (ou se vêm afastados) do processo de criação do PESB, refletindo uma perda importante ao deixar de contribuir com o mesmo.

A continuidade na implantação do PESB também ocorreu com muita discussão e envolvimento das organizações. Em 1995 as comunidades rurais passam a reivindicar a implantação dos marcos na demarcação do PESB, uma vez que causava (e ainda causa) muita confusão a definição dos limites físicos do parque. Em julho de 1996 a identificação dos limites físicos e sua redefinição envolveu IEF-MG, CTA-ZM, agricultores residentes na área, STR de Araponga e o IGA (Instituto de Geociências Aplicada). Essa etapa envolvendo agricultores foi importante para desmistificar um pouco a ameaça de que o parque iria incorporar terras produtivas.

Para o início do processo de demarcação foi formada uma comissão composta por representantes do CTA-ZM, STR's e IEF-MG com o objetivo de discutir com cada agricultor, vizinho ao parque, os limites do mesmo. A metodologia da demarcação incluía uma identificação dos pontos através de visitas de campo aos agricultores; levantamento de parâmetros dos agricultores; pesquisa às cartas do IBGE; realização de sobrevôos pela área e; caminhamento. Os pontos eram visualizados e determinados por elementos da paisagem e acidentes geográficos. A definição das coordenadas geográficas destes pontos foi realizada posteriormente pelo IGA e IEF-MG, o que até hoje gera dúvidas, uma vez que os marcos não foram implantados até o fechamento deste documento.

Foram sucessivas reuniões que, apresentadas aqui de forma resumida e representadas nos eventos determinantes, contribuiu para que a proposta original de criação do parque na Serra do Brigadeiro fosse revista. Em 27 de setembro de 1996 foi aprovado o decreto n.º 38.319, pelo Governo do Estado de Minas Gerais (Gestão do Sr. Eduardo Azeredo) e IEF-MG (Gestão do Sr. José Carlos de Carvalho), legalizando a criação do PESB com área total de 13.210 ha, considerando aspectos ambientais e sócio-econômicos e com a participação social nas redefinições de seus limites e processo de gestão (CTA-ZM, arquivos internos).

Após a criação do parque iniciaram-se as discussões sobre a sua gestão. As organizações continuaram animando o processo e pressionando o órgão gestor para que a elaboração do plano de manejo fosse participativa, de forma a manter vivos os anseios e expectativas da comunidade do entorno, da comunidade científica e do órgão gestor, ao mesmo tempo em que garantisse a observância da legislação específica (FONTES et. al, 2000).

Fatores de ordem sócio-econômica e ambiental motivaram, à princípio, a proposição de criação de outras Unidades de Conservação no entorno do PESB, tendo em vista a possibilidade de favorecer a subsistência dos agricultores/as nessas áreas; evitar as desapropriações e; criar uma zona tampão no entorno do PESB. Infelizmente a idéia original foi interrompida por razões políticas e econômicas. Após a criação do parque várias Áreas de Proteção Ambiental (APA's) foram criadas em seu entorno por iniciativa de prefeituras locais, visando o recolhimento do ICMS ecológico. A primeira delas foi a APA de Araçongá no mesmo ano de criação do PESB.

Em julho de 1997 o CTA-ZM e os STR's de Araçongá, Muriaé, Miradouro e Carangola (que também atendia o município de Fervedouro) realizaram um DRP abrangendo 8 comunidades distribuídas nesses 4 municípios da Serra do Brigadeiro, com o intuito de avançar nas propostas técnicas para conciliar a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento rural a partir das demandas das populações do entorno do parque.

O diagnóstico foi o primeiro levantamento abrangente, realizado no entorno do parque após sua criação. Coletou informações sobre as comunidades rurais, relevantes para a futura gestão do parque e sua relação com o entorno, tais como: a história; os problemas; a relação das comunidades com os recursos do parque; o que pensam sobre o futuro após a criação do mesmo; dentre outros. O DRP também levantou sugestões das comunidades e traçou planejamento de trabalho junto aos STR's e moradores/as (CTA-ZM, 1997).

Como desdobramento desse DRP foi realizado pela pesquisadora Cláudia de Carvalho Mello, um estudo em nível de mestrado, junto ao Departamento de Biologia Vegetal da UFV (DBV/UFV), com apoio do CTA-ZM e STR's, qualificando e quantificando os recursos naturais e serviços utilizados pelas famílias tanto fora quanto dentro do parque. Esse estudo foi extremamente relevante para levantar dados sobre o consumo médio das famílias e sua demanda por taquara, lenha, madeira para mourão e construções, água, trilhas, dentre outros e apontar o nível de significância dos impactos causados pelos/as moradores/as sobre o uso dos recursos naturais.

O DRP de 1997, bem como esse estudo, contribuiu para as discussões posteriores sobre o processo de gestão do parque e na proposição de alternativas mais concretas e factíveis com a realidade rural do entorno do PESB, visando minimizar a pressão antrópica sobre o mesmo, sem comprometer a integridade e dignidade da população local. Foi relevante também dentro de uma discussão que é bastante polêmica sobre o impacto causado pelo uso dos recursos naturais pelas comunidades rurais que estão localizadas na região e que dependem destes para sobreviver. Por outro lado, o uso dos recursos pode causar impactos à biodiversidade local e por isso a importância do debate.

Segundo BARBOSA (2005) criação do PESB, traz à tona uma questão a ser colocada: serão os autores sociais que ali residem, confrontantes do Parque ou vizinhos que cuidam das Serras? Para o autor, a preocupação técnica faz com que esses autores sociais sejam compreendidos apenas como confrontantes do Parque.

Após esse DRP as ações relativas à gestão do parque são paralisadas pelo conjunto das organizações envolvidas. Em 1999 o IEF-MG se encontra diante do maior desastre ambiental ocorrido no PESB até hoje, um incêndio criminoso de grandes proporções que durou cerca de 15 dias, consumindo aproximadamente de 25% da área do parque.

Somente em julho de 2000 as discussões sobre a continuidade nas ações relativas ao parque são retomadas, a partir da iniciativa do CTA-ZM convocando as demais organizações da sociedade civil. Num esforço conjunto entre IEF-MG, CTA-ZM e UFV é realizado em Viçosa, MG, entre os dias 10 e 14 de julho, um Simpósio intitulado: “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno: contribuições para a elaboração de um plano de manejo integrado e participativo”. Esse evento marca o início do debate sobre a gestão do PESB de forma participativa.

Para atender ao objetivo o simpósio reuniu 129 participantes entre organizações governamentais (órgãos ambientais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de assistência técnica e extensão rural) e da sociedade civil (ong's, STR's, agências de cooperação internacionais, representantes de comunidades rurais do entorno).

O simpósio foi mais uma estratégia de retomar o debate e a mobilização em favor da participação social. Foi um evento marcante e relevante dentro da experiência do PESB. Representou simultaneamente: a oportunidade de troca de experiências; o confronto de idéias e ideais; o planejamento de trabalho visando a gestão participativa do parque; o exercício

da democracia; a diversidade de visões e interesses sobre o mesmo processo; a oportunidade de um debate amplo acerca do uso e manejo dos recursos naturais; uma mudança de postura e um amadurecimento das organizações que saíram do embate direto para o campo do diálogo; dentre outros.

Em 18 de julho de 2000 é instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) através da Lei n.º 9.985, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Após a realização do simpósio houve mais um período de paralisações quando o IEF-MG, por motivos internos, não conseguiu dar prosseguimento aos encaminhamentos acordados ao final do evento. Após 2 anos decorridos o CTA-ZM inicia nova articulação junto ao IEF-MG e demais organizações para retomar as ações.

Entre 1997 e 2000 quando são retomadas as discussões sobre a gestão participativa do PESB há um período de transições no CTA-ZM relacionadas à equipe técnica, bem como estratégias e conjunto das ações orientadas por uma avaliação interna, o que pode ter contribuído para essa paralisação, uma vez que a entidade vinha assumindo uma espécie de animação do processo.

Em 2002 o IEF-MG apresenta uma proposta de prosseguimento da elaboração do plano de manejo, tendo em vista a falta de recursos financeiros por parte do órgão para o cumprimento das ações. A partir daí é criada e coordenada pelo órgão gestor uma equipe de trabalho paritária, formada por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e que tem como função dar início à elaboração do plano de manejo do PESB, de forma voluntária, a partir da organização de dados, levantamentos e estudos já realizados e da coleta de novos dados pertinentes à etapa preliminar. A metodologia utilizada foi o roteiro para elaboração de planos de manejo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O processo novamente é paralisado. Por um lado, há uma acomodação do conjunto de organizações envolvidas para retomar o processo diante das suas atribuições e dinâmicas internas e por outro, uma certa morosidade por parte do IEF-MG em encaminhar as ações, em função de transições internas e dinâmica da instituição. Esse compilado de informações levantadas serviria de material preliminar para a elaboração do plano de manejo.

Em 2003 o CTA-ZM, numa tentativa de reanimar o processo, convoca mais uma vez as demais organizações envolvidas, denominadas Colegiado do PESB, culminando numa audiência pública entre estas, o IEF-MG e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Na ocasião as organizações apresentaram um resgate histórico do processo, destacando os ciclos de mobilizações e desmobilizações; entregaram todo o material produzido para subsidiar o plano de manejo para o IEF-MG e para a SEMAD e; questionaram o papel dessas organizações no processo e relataram o sentimento geral da falta de reconhecimento legítimo do órgão gestor sobre sua importância na cooperação e construção de um processo participativo na Serra do Brigadeiro.

A audiência resultou num comprometimento público do IEF-MG e da SEMAD para com o grupo de atores presentes e envolvidos com o processo e na proposição do Conselho Consultivo do PESB.

Ao final de 2003 o IEF-MG designa uma nova gerência para o PESB. Em 17 fevereiro de 2004 o Conselho Consultivo do PESB é instituído através da Portaria 021 do IEF-MG, composto por 36 membros, sendo 18 efetivos e 18 suplentes, com representantes dos diversos segmentos, inclusive dos moradores/as, representando uma conquista das organizações ligadas aos movimentos sociais. Os conselheiros/as tomam posse em abril desse mesmo ano.

Durante as discussões houve muita resistência do órgão gestor que defendia uma composição com menor número de participantes, justificando um melhor funcionamento e sem representantes de comunidades, uma vez que os STR's já possuíam assento. A proposta do IEF-MG foi parcialmente acatada com o cuidado de constituir um conselho com uma composição razoável, entretanto, garantindo uma maior representatividade possível e o espaço legítimo para os/as moradores/as, uma vez que estes/as nem sempre estão representados nos STR's de seus municípios e, em muitos casos, possuem seus representantes comunitários.

A representatividade aqui mencionada, nessa primeira composição do conselho consultivo do PESB, reflete um histórico de participação e envolvimento de diversos segmentos junto ao IEF-MG desde as primeiras discussões para a criação da Unidade de Conservação. Esta representatividade se configura, portanto, muito mais em função de um histórico de comprometimento dessas organizações com a criação do parque e ações de desenvolvimento no seu entorno, do que por interesses posteriores à criação da unidade ou necessidade de contemplação de todos os setores da sociedade dentro do conselho.

Os exemplos de implantação e funcionamento de conselhos consultivos em parques no Brasil são incipientes, uma vez que o processo é relativamente recente e em construção, portanto, o IEF-MG enquanto órgão responsável vem atuando muito mais no exercício do aprendizado dessa construção. Diante desse esforço de aprendizado, muitos limites estão colocados. Várias ações têm sido desencadeadas pelo órgão gestor sem consulta prévia aos conselheiros/as, causando muita indignação entre estes/as. Isso reflete, ao mesmo tempo, inexperiência e dificuldade do Estado para lidar com processos participativos que promovam maior controle social nos espaços públicos. Por outro lado, há que se considerar as limitações institucionais do órgão em relação à transições internas; dinâmica institucional e; recursos humanos e financeiros escassos, frente à urgência da sociedade por respostas às suas demandas.

Em 2004 é firmado um convênio entre o Governo de Minas Gerais e o banco alemão KFW, no âmbito do projeto PROMATA, que visa ações para promover a proteção da Mata Atlântica no Estado. O projeto prevê, entre outros, recursos para a implantação e gestão do PESB através da implementação de obras de infra-estrutura; da contratação de funcionários (em convênio com prefeituras municipais); a regularização fundiária; a demarcação do PESB e; a elaboração do plano de manejo.

Entre 2004 e 2005 várias ações pertinentes à continuidade na implantação do PESB foram realizadas, embora nem sempre com o envolvimento direto dos/as conselheiros/as nas discussões sobre o futuro e gestão da unidade ou participação na tomada de decisões.

No ano de 2004 os conselheiros/as elaboraram o regimento interno do conselho consultivo e iniciaram com o IEF-MG algumas discussões sobre a continuidade nas ações de implantação do PESB com os recursos advindos do PROMATA.

Em 2005 o IEF-MG deu prosseguimento à implantação do PESB realizando algumas ações relativas à obras de infra-estrutura tais como: alojamentos, refeitórios, centro de educação ambiental e pesquisa, sede administrativa e portarias; contratação de funcionários, via convênio com prefeituras do entorno e; encaminhamento de ações para regularização fundiária. Ao final de 2005, saiu um novo decreto de demarcação do PESB com área total de 14.984 ha, fruto das ações de regularização fundiária encaminhadas pelo IEF-MG.

Até o início de 2006 o processo continuava seguindo uma dinâmica estabelecida desde o início: cíclica, com picos de mobilizações e períodos de paralisações e desmobilizações recorrentes no decorrer. Entretanto, as organizações sempre presentes, reforçando a importância da participação social na criação, implantação e gestão do PESB de maneira efetiva e não apenas

para compor um espaço de gestão criado por determinações legais ou para respaldar ações predeterminadas pelo órgão gestor.

Cumprindo com o planejamento proposto junto ao PROMATA, o IEF-MG inicia efetivamente a elaboração do plano de manejo do parque em novembro de 2005 pela empresa Taniguchi Consultoria, responsável pela coordenação geral do plano e pela parte administrativa e pela Ambiente Brasil Centro de Estudos (ABCDE), uma organização não-governamental, responsável pelos estudos bióticos e abióticos do plano. O conselho consultivo vem acompanhando as ações desde então, participando ativamente das discussões e enfrentando novos desafios colocados.

Ainda que a fase de gestão do PESB esteja em andamento, com várias ações já realizadas e em discussão, a mesma não será objeto de estudo desta sistematização. Entende-se que por ser um processo recente, a gestão do PESB ainda não possui um acúmulo que possibilite uma reflexão mais aprofundada acerca do seu histórico, processos e metodologias, que venham contribuir com a extração de lições aprendidas acerca dessa fase.

É necessário, portanto, que outros estudos e novas sistematizações sejam realizadas, posteriormente, como forma de complementar o trabalho e incorporar novas análises, bem como reflexões institucionais e coletivas e a respeito da criação, implantação e gestão do PESB, visando contribuir com a continuidade do processo de forma participativa e com outras experiências semelhantes, relacionadas ao tema.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO

A sistematização procurou analisar todas as informações levantadas a partir de documentos, entrevistas, reuniões e encontros com alguns dos principais atores envolvidos com a experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Essa análise pretende apontar algumas conclusões sobre o processo, tendo em vista os fatores que motivaram esta sistematização; as hipóteses elaboradas no início do trabalho; os objetivos; as questões formuladas a partir do conjunto de cruzamentos da matriz apresentada no item 2 (Por onde e como caminhamos...) e; o conjunto das informações levantadas.

Procurou-se ainda, observar dentro da experiência de criação e implantação do PESB, objeto deste trabalho, os impactos da mesma, analisando períodos distintos correspondentes à antes, durante e depois da experiência.

Todas as conclusões geradas pela sistematização foram apresentadas e discutidas pelo conjunto de atores envolvidos com a experiência no Encontro Final da Sistematização: lições aprendidas. Desse modo, contém neste capítulo conclusões da sistematização com consenso entre os atores envolvidos e sem consenso entre os mesmos. As conclusões apontadas pela sistematização que foram desconsideradas pelo grupo geral foram retiradas do documento e descartadas pela sistematização.

As conclusões serão apresentadas por temas, como forma de facilitar a análise e separadas em conclusões com consenso e conclusões sem consenso, contemplando assim, os diferentes olhares do grupo. Cada tema contém uma breve apresentação.

4.1 As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro:

A região, caracterizada por um conjunto de serras com nomes diversos, é comumente denominada Serra do Brigadeiro, especialmente por pessoas de fora daquele lugar. Esta Serra abriga algumas unidades de conservação, que foram criadas, de modo geral, para promover a proteção dos remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica ali existentes e o desenvolvimento sustentável da região.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), criado em 1996 com 13.210 ha, configura-se como uma das mais importantes unidades de conservação de proteção integral da

Zona da Mata de Minas Gerais, por abrigar o último remanescente contínuo de Mata Atlântica do Estado e nesse, várias espécies da flora e da fauna, muitas das quais em extinção no País.

Após a criação do PESB outras unidades de conservação foram surgindo no seu entorno⁴, todas de uso sustentável. Atualmente são 08 Áreas de Proteção Ambiental (APA's) criadas legalmente, localizadas nos municípios de Araponga (01), Divino (02), Ervália (01), Fervedouro (01) e Muriaé (03) e 03 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) criadas legalmente, localizadas nos municípios de Fervedouro (02) e Muriaé (01). Além dessas citadas, existem 02 APA's e 01 RPPN no município de Rosário da Limeira que, atualmente, está inserido no contexto do entorno a partir de uma política territorial por estar localizado em área de abrangência do PESB e exercer influência direta sobre o mesmo.

Nenhum dos municípios do entorno do PESB possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e as ações voltadas para a conservação do meio ambiente são ainda muito localizadas e pontuais nessa esfera.

A forma como o PESB e, particularmente as APA's, foram concebidos, bem como o que separa a teoria para a criação dessas áreas da prática, foram analisados pela presente sistematização. As conclusões são dadas a seguir:

▪ ***Conclusões com consenso:***

- A proposta original de criação do PESB protagonizada pelo CMCN, Escola Superior de Florestas e Polícia Militar. A mesma foi influenciada pelas experiências anteriores com criação de Unidades de Conservação, visitas realizadas pelos dois pesquisadores do CMCN aos EUA e pelo modelo norte-americano de criação de unidades de conservação;
- O PESB foi proposto a partir de critérios ecológicos, que se resumiam às condições topográficas e ao potencial florístico e faunístico associado e critérios sócio-culturais, que se resumiam à potencial turístico. Estes critérios foram válidos, porém restritos e desconsideravam a realidade do entorno e o conjunto das inter-relações (sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas) existentes ali;

⁴ Entorno, para efeito desta sistematização, é entendido como o espaço determinado pelo conjunto de relações e interações sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas, que circundam o PESB, inseridas num contexto de municípios, comunidades rurais e outras unidades de conservação adjacentes.

- A categoria da unidade de conservação foi definida a partir de alguns estudos. Entretanto, estes foram incipientes na época, uma vez que a discussão sobre categorias de unidades de conservação, em âmbito nacional e mesmo acadêmico, ainda era algo muito recente;
- O processo de criação do PESB iniciou-se, legalmente, por ação do Governo Estadual através da Lei Autorizativa n.º 9.655/88. O abaixo-assinado (10.000 assinaturas) antecedendo a criação caracteriza, nesse momento, uma participação por consulta, por parte da população do entorno sem, no entanto, envolver diretamente a mesma no processo de criação do PESB;
- Fatores de ordem sócio-econômica e ambiental motivaram, à princípio, a proposição de criação de outras unidades de conservação no entorno do PESB, principalmente APA's: a possibilidade de favorecer a subsistência dos agricultores/as nessas áreas; evitar as desapropriações e; criar uma zona tampão no entorno do PESB;
- A proposição inicial da criação de APA's foi interrompida pela forma como o processo de criação dessas áreas foi conduzido. As APA's foram criadas pelas prefeituras, após a criação do PESB, de forma oportunista, guiada por razões políticas e econômicas;
- As organizações, de modo geral, não tiveram oportunidade de participar e contribuir com o processo de criação, implantação e gestão das APA's, de modo que estas viessem cumprir com os objetivos propostos;
- As organizações envolvidas com o processo de criação e implantação do PESB não deram prosseguimento à discussão sobre as APA's e sua importância no contexto sócio-econômico e ambiental da região, durante o período;
- As APA's no entorno do PESB, tais como foram concebidas, bem como a situação atual em que se encontram: sem regulamentação e sem implantação (ausência de planos de gestão e formação dos conselhos de gestão), não vêm contribuindo efetivamente para a conservação da biodiversidade, nem para o desenvolvimento região. No município de Divino encontra-se uma exceção, pois foram instalados conselhos gestores em suas APA's, ao final do período abordado pela sistematização, o que se constitui um processo de implantação em andamento;
- O recurso advindo do ICMS ecológico se, obrigatoriamente por lei, fosse revertido para o desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno, poderia contribuir com o desafio de conciliar a conservação ambiental com bem-estar da população local;
- As organizações envolvidas com o processo de criação e implantação do PESB não priorizaram a importância da criação de CODEMAS representativos e atuantes. Estes poderiam contribuir

com uma participação mais ativa dos municípios nas discussões sobre a gestão ambiental local e regional;

- O processo de criação e implantação do PESB conseguiu ampliar direta e indiretamente o debate sobre gestão ambiental para além da unidade de conservação, a partir da participação de alguns atores em eventos em âmbito estadual e nacional e inserção dos STR's e representantes de comunidades rurais nesse debate. Entretanto, houve limitações, uma vez que a ampliação do debate para o entorno ocorreu com pouca relação entre o parque e o mesmo. O parque discutia internamente (para dentro) enquanto o entorno discutia externamente (para fora), ambos de maneira isolada, de um modo geral. A questão das APA's também foi um limitante na ampliação do debate em nível regional.

- ***Conclusões sem consenso: não tiveram.***

4.2 Os conflitos:

A criação do PESB surgiu com algumas características potenciais para o surgimento de conflitos, tais como:

- a proposta foi elaborada sem consulta pública prévia;
- os estudos técnicos foram pouco aprofundados e dados de modo isolado da realidade local/regional;
- a realidade histórico-social na qual a população estava inserida não foi aprofundada nos levantamentos preliminares;
- o projeto foi conduzido inicialmente sem o envolvimento da população local;
- oito municípios e diferentes organizações governamentais e da sociedade civil atuantes na região estavam envolvidas diretamente, contribuindo para a existência de diferentes conflitos de interesse;
- a área proposta abrangia região explorada por empresa siderúrgica multinacional;
- dentre outras;

Todas essas características contribuíram para que o processo de criação e implantação do PESB decorresse em meio a conflitos de diferentes ordens: política, ideológica, social, ambiental, econômica e cultural. O processo inicial de criação do PESB, nesse sentido, não difere do histórico de criação e implantação de unidades de conservação no Brasil, cuja categoria

corresponde à Proteção Integral. Em geral, a condução desses processos têm causado efeitos negativos devido à uma série de fatores que são desconsiderados no decorrer, tais como:

- A importância da consulta popular, ou seja, o processo é concebido de fora para dentro, não parte de uma reflexão coletiva interna ao local;

- A exclusão das comunidades do entorno nos debates e espaços de decisão, desconsiderando a importância da participação social e a capacidade de contribuição dessas populações nas estratégias de conservação.

- Em muitos casos, o pouco ou nenhum conhecimento do órgão responsável pela criação e implantação, sobre a realidade histórico-social das comunidades localizadas na área de abrangência da unidade de conservação a ser criada;

- Aplicação de dispositivos de restrição e punição quanto ao uso dos recursos naturais e serviços que, para as comunidades residentes da unidade ou do entorno, sempre estiveram disponíveis sem, no entanto, a apresentação de alternativas para as demandas dessas populações;

- A carência de projetos que visem a promoção do desenvolvimento sustentável, de forma autônoma, por parte das comunidades envolvidas;

- Dificuldades relacionadas à regularização fundiária como as possíveis desapropriações e a morosidade das indenizações;

- A perda do vínculo da população com o lugar de origem quando desapropriada;

- Dentre outros.

Muitos desses conflitos estão associados à disputas de interesse e poder. Também existiram conflitos relacionados à diferentes conceitos sobre áreas protegidas e sua inter-relação num contexto de desenvolvimento sócio-ambiental de uma região.

Algumas conclusões referentes conflitos associados à experiência do PESB são descritas a seguir:

- ***Conclusões com consenso:***

- Alguns dos principais desencadeadores de conflitos relacionados à experiência do PESB (antes e depois da criação) foram:

ANTES	DEPOIS
<ul style="list-style-type: none"> - a possibilidade de desapropriações dos moradores/as, devido o critério da cota 1.000m; - falta de circulação e disponibilização de informações; - informações falsas e/ou distorcidas e especulações diversas; - as mobilizações da população do entorno motivadas por um certo “terrorismo”, gerado com a possibilidade de desapropriação. 	<ul style="list-style-type: none"> - ausência de regularização fundiária; - limitações quanto ao uso dos recursos naturais e serviços, como as trilhas; - falta de circulação e disponibilização de informações; - informações falsas e/ou distorcidas e especulações diversas; - apropriação do lugar por pessoas de fora para a exploração do turismo; - a questão dos recursos advindos do ICMS ecológico, que não é revertido para o desenvolvimento do entorno;

- Houve conflitos de interesse entre as diferentes organizações durante o processo;
- Existe, de modo geral, uma desinformação sobre o que são as APA's e sua importância no contexto sócio-econômico e ambiental da região e isso, somado ao fato dessas áreas não terem sido efetivamente implantadas, é responsável por gerar conflito entre as comunidades rurais do entorno e o poder público municipal;
- A origem dos conflitos esteve e ainda está associada à pelo menos, duas correntes de pensamento acerca do debate sobre áreas protegidas no Brasil, uma mais conservacionista e outra mais sócio-ambientalista;
- Diferentes concepções de conservação e desenvolvimento entre os grupos foram responsáveis por conflitos ao longo do processo;
- A existência dessas diferentes concepções de conservação e desenvolvimento constituiu-se aspectos positivos e negativos para a experiência, uma vez que houve um aprendizado coletivo baseado na complementaridade dos dois discursos, mas também a existência de conflitos decorrentes dessas diferenças, respectivamente;
- As instituições governamentais, em geral, são mais conservadoras e fechadas e isso, muitas vezes, as leva a tomar atitudes imperativas e a centralizar papéis e informações. A cultura institucional do IEF-MG o levou a assumir tal postura perante as ações relacionadas ao PESB, gerando uma série de dificuldades e impedimentos relacionados a fatores, tais como: o comprometimento das comunidades rurais com conservação do PESB; a promoção da participação social; o desenvolvimento sustentável do entorno; a imagem e respaldo do órgão gestor; as relações de parcerias e articulações interinstitucionais; dentre outros;

- A postura assumida pelo órgão gestor na região também gerou uma série de conflitos. O papel que o IEF-MG vinha desempenhando estava restrito à um órgão de fiscalização, mais punitivo que educativo, refletindo ressentimentos entre a população. Essa postura também está associada à falta de experiência ou mesmo de técnicos integrados à área social e à escassez de recursos financeiros e humanos recorrente nos órgãos governamentais;
- Mesmo com muitas limitações inerentes a um órgão governamental, o IEF-MG esteve aberto ao diálogo desde o início, o que diferencia esta experiência de tantas outras semelhantes.
- Quando a população é informada e participa cresce o comprometimento da mesma com a conservação da área e, conseqüentemente, muitos conflitos associados são mitigados ou mesmo eliminados.

▪ ***Conclusões sem consenso:***

- Os principais desencadeadores de conflitos depois da criação do PESB, estavam associados a fatores, tais como:
 - continuidade na implantação e gestão do PESB de forma centralizada pelo IEF-MG;
 - falta de reconhecimento do papel do Conselho Consultivo do PESB por parte do IEF-MG;
 - O IEF-MG desconsiderava a realidade histórico-social na qual as famílias do entorno estavam inseridas.

4.3 A participação social:

Um dos eixos dessa sistematização é a participação social, tamanha é sua importância na discussão sobre áreas protegidas e, em especial para efeitos dessa sistematização, no caso do PESB. Como ponto de partida foram levantadas as seguintes hipóteses relacionadas ao eixo em questão: i) o processo de criação e implantação do PESB foi participativo; ii) um processo participativo na criação e implantação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno.

A reflexão sobre essas hipóteses pode gerar aprendizados importantes que visam contribuir com o debate sobre áreas protegidas, especialmente as Unidades de Conservação de Proteção Integral, e suas relações com populações localizadas no interior ou entorno das mesmas. Para tanto, se faz necessário, preliminarmente, discorrer sobre o tema e definir um conceito para participação social no contexto dessa sistematização como referência para a discussão.

O tema participação é algo muito abrangente e está relacionado à práticas coletivas que podem se dar de maneiras diversas. Existem diferentes conceitos para esse termo e um mesmo conceito pode ter inúmeras interpretações.

Essa discussão acerca da participação não é algo recente, existem inúmeros estudos dedicados ao tema. Entretanto, no histórico de criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil, especialmente aquelas inseridas no grupo Proteção Integral, caso do PESB, a participação é um elemento novo. Na verdade, somente após o SNUC, em 2000, surge a obrigatoriedade de consulta pública para a criação dessas áreas e a participação social na gestão das mesmas, resultado de muitos fóruns de debate que se sucederam ao longo dos anos 90.

Na época da criação do PESB não havia muitas referências sobre processos participativos relacionados às áreas protegidas no Brasil, portanto, a experiência foi cercada de erros e acertos. Entretanto, participativo ou não para os envolvidos, a experiência inaugura um modelo inédito de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral no país, uma vez que a experiência antecede o próprio SNUC e não existe histórico semelhante em outras Unidades de Conservação inseridas neste grupo, criadas no mesmo período.

Existem diferentes opiniões, entre os envolvidos, acerca do processo de criação e implantação do PESB ter sido participativo ou não. Essa divergência dentro de um mesmo grupo de entrevistados, decorre de diferentes conceitos de participação entre os atores e a vivência de cada um no processo e externo a ele.

Para a maior parte dos envolvidos (~61%) o processo foi participativo por motivos, tais como: conseguir envolver e comprometer vários segmentos, incluindo moradores/as do entorno; criar espaços democráticos de debate e; socializar as informações. Para um outro grupo (~17%) o processo foi participativo em termos, uma vez que se deu em momentos pontuais e não em todas as fases do processo. E para alguns (~17%) o processo não foi participativo, pelos seguintes motivos: o fato não envolver todos os segmentos, caracterizando um movimento entre organizações com interesses afins; por ser visto como um movimento externo ao processo de criação do PESB; e pela dificuldade, em muitos momentos, de estabelecer diálogo com o Estado. Este era feito sempre sobre pressão popular. Houve ainda um entrevistado que não se manifestou a respeito (~5%).

As APA's criadas no entorno do PESB possuem um histórico negativo de modo geral, uma vez que foram criadas em função de interesses políticos e econômicos e não vêm cumprindo com os seus objetivos. A participação social nesse contexto também foi analisada.

Para efeito desta sistematização o conceito de participação adotado será baseado nos princípios e ensinamentos de Paulo Freire, portanto participar é: *exercer o direito de fazer parte de uma determinada ação, a partir da reflexão e tomada de consciência crítica de sua realidade, de modo a contribuir com a transformação da mesma, exercendo sua cidadania enquanto sujeito do processo*. A participação nesse contexto deve ser uma ação indissociável de processos contínuos de formação e deve ser pensada como um exercício de cidadania e de democracia. Ocorre ainda, em função da construção de uma experiência e não da dinâmica, disponibilidade ou predisposição dos atores locais (pessoas/organizações locais ou atuantes no local).

A participação tratada aqui, é vista como um tipo de ação social e, portanto, pode ser orientada por diferentes motivos e/ou interesses de cada grupo: afetivo, econômico, político, social, cultural, ambiental, religioso etc.⁵

Sabe-se que nenhum processo participativo ocorrerá para todos os seus participantes num mesmo nível e intensidade no decorrer de uma determinada ação. Tendo em vista essa característica, comum a esses processos, a sistematização, num esforço de identificar os tipos de participação que ocorreram na experiência de criação e implantação do PESB, utilizou a classificação de PRETTY e PIMBERT (2000) para caracterizar o envolvimento dos atores em períodos distintos. A mesma define uma tipologia cujos componentes orientam a ação participativa, como mostra o Quadro 3 a seguir:

⁵ Para efeitos dessa sistematização participação social terá referência à participação dos atores sociais no contexto da experiência e estes, por sua vez, estão divididos em atores sociais das organizações não-governamentais e os atores sociais locais.

Quadro 3 – Tipos de participação e seus respectivos componentes:

Tipos de Participação	Componentes de cada tipo
Participação passiva	- as pessoas participam após aviso do que está para acontecer ou que já aconteceu; - a informação é unilateral através de uma administração ou projeto; - a informação que é socializada pertence apenas aos profissionais externos; - as reações dos participantes não são consideradas.
Participação como extração de informação	- a participação se dá através de questionários ou sistema similar de coleta de dados; - os participantes não têm poder e/ou oportunidade de influenciar os procedimentos; - os dados da pesquisa ou projeto não são compartilhados;
Participação por consulta	- as pessoas participam sendo consultadas; - agentes externos definem os problemas e as soluções a partir do que foi levantado e podem modificá-lo de acordo com a reação dos participantes; - agentes externos não são obrigados a considerar a visão dos participantes; - não há compartilhamento na tomada de decisão.
Participação por incentivos materiais	- as pessoas participam oferecendo ou recebendo recursos materiais, financeiros etc.; - a participação ocorre geralmente até a existência dos recursos.
Participação funcional	- as pessoas formam grupos para coincidir objetivos predeterminados relacionados ao projeto; - o envolvimento tende a acontecer depois que grandes decisões já foram tomadas; - as instituições tendem a ser dependentes de incentivadores externos, mas podem tornar-se independentes.
Participação interativa	- as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes; - tende a envolver metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de aprendizado sistemático e estruturado; - os grupos assumem o controle das decisões e os participantes adquirem o interesse em manter as estruturas e a prática.
Automobilização	- as pessoas participam tomando a iniciativa para tomadas de decisão, independente de instituições externas; - pode ou não existir conflitos relacionados à distribuição não equitativa de recursos e poder.

Fonte: adaptado de PRETTY e PIMBERT (2000).

A sistematização chegou à algumas conclusões nesse sentido, buscando analisar não só a participação social de maneira geral, mas também, como se insere ou não nesse contexto, o equilíbrio de gênero e geração. As conclusões descritas à seguir são fruto de uma reflexão sobre os dados levantados e de uma análise comparativa entre a experiência do PESB e outras Unidades de Conservação de Proteção Integral - categoria Parque - criadas no Brasil no mesmo período.

▪ **Conclusões com consenso:**

- No período da elaboração da proposta original houve consulta popular, através de abaixo-assinado, portanto, a experiência de criação do PESB foi participativa neste momento antes da criação. Entretanto, não houve muito alcance da população do entorno;

- O DRP de Araponga, realizado pelo CTA-ZM e STR local, foi o ponto de partida para a participação social no processo, pois motivou a mobilização e envolvimento da sociedade durante a criação do PESB, especialmente a população do entorno. A partir desse momento, outros atores sociais e institucionais passaram a se envolver diretamente com a criação do PESB, junto ao IEF-MG, CMCN e DEF/UFV, tais como: outros STR's da região; alguns professores/as ligados ao DPS/UFV e DPE/UFV; CPT; FETAEMG; A;R. e; CECO (FAFILE/UEMG);
- O processo de criação e implantação do PESB, devido à sua dinâmica, com muita descontinuidade, obteve avanços pouco significativos, de modo geral, na promoção de uma cultura de participação ativa e qualificada entre os/as moradores/as do entorno. Em alguns momentos a participação dos/as moradores/as foi passiva;
- O processo incorporou algumas organizações que mantinham algum tipo de interesse no mesmo;
- Alguns dos principais motivos pelos quais algumas organizações se retiraram do processo foram:
 - concepções diferentes dos demais em relação ao processo e/ou;
 - a cultura institucional mais conservadora e/ou;
 - a dinâmica interna das organizações dificultando a permanência e continuidade dos seus representantes;
- O processo gerou, também, um sentimento de exclusão que pode ser localizado ou não, o qual reflete que a saída de uma organização ou de um ator num processo como esse, pode ser motivada por diversos fatores. Estes merecem atenção, pois podem ser indicadores importantes dos diferentes desafios e limites colocados para o grupo de atores envolvidos na construção de um processo participativo.
- O processo pode ter contribuído para elevar a auto-estima dos envolvidos/as, especialmente moradores/as do entorno, a partir do envolvimento destes/as nos espaços de debate criados;
- O processo também pode ter contribuído para reduzir a auto-estima dos moradores/as do entorno nos espaços de debate criados, nos quais predominou a discussão técnica não priorizando a construção de uma metodologia que permitisse a participação efetiva dos/as agricultores/as e quando o processo, em alguns momentos, desconsiderou ou não valorizou o conhecimento popular;

- Grande parte dos fatores que contribuíram para dificultar ou mesmo impedir a participação social, se deu de modo geral, de forma despropositada, decorrente da falta de experiência e da cultura institucional das organizações;

- Alguns dos principais fatores que contribuíram para dificultar ou impedir a participação social antes, durante e depois da criação do PESB são apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 - Principais fatores que contribuíram para dificultar ou impedir a participação social antes, durante e depois da criação do PESB.

ANTES	DURANTE	DEPOIS
<ul style="list-style-type: none"> - a atuação e postura do IEF-MG mais rígida neste momento; - a falta de circulação de informações; - a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação; -a dificuldade de organização e de prática de participação das comunidades do entorno; -a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as; -a dificuldade de deslocamento de algumas organizações para as reuniões e encontros; -as especulações sobre a criação e o terrorismo em torno das desapropriações; -a falta de compreensão sobre a importância do processo; -a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno; - a dificuldade dos moradores/as e a ansiedade do CTA-ZM levando este a tomar frente, em alguns momentos e, conseqüentemente, restringindo a participação. 	<ul style="list-style-type: none"> - a estrutura das reuniões e discussões técnicas, algumas vezes inibindo a participação dos moradores/as do entorno; - a falta de circulação de informações; - a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação; - a ausência de clareza, entre os atores envolvidos a respeito do papel do outro no processo; -a dificuldade de organização e de prática de participação das comunidades do entorno; -a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as; -a desconfiança das pessoas sobre o processo, pois muitas acreditavam que não adiantava participar porque era tudo politicamente manipulado; -os interesses divergentes nas próprias comunidades, pois alguns concordavam em vender as áreas para o Estado outros não; -a falta de pessoal e de infraestrutura de algumas organizações; -as disputas geradas por conflitos de interesse; -a falta de compreensão sobre a importância do processo; -a falta de disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) para participar. -a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno; - a dificuldade dos moradores/as e a ansiedade do CTA-ZM levando 	<ul style="list-style-type: none"> -a estrutura das reuniões e discussões técnicas, algumas vezes inibindo a participação dos moradores/as do entorno; - falta de circulação de informações; -a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação; -a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as; -a dificuldade de deslocamento de algumas organizações para as reuniões e encontros; -a dinâmica do processo orientada pela dinâmica institucional do IEF-MG, incorrendo em muitos momentos de paralisação, reduzindo o interesse de participação das pessoas; - as diferentes dinâmicas internas das organizações envolvidas; -a falta de pessoal e de infraestrutura de algumas organizações; -as disputas geradas por conflitos de interesse; -a falta de compreensão sobre a importância do processo; -a falta de disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) para participar. -a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno;

	este a tomar frente, em alguns momentos e, conseqüentemente, restringindo a participação.	
--	---	--

- Existiram limitações acerca da participação, de modo geral (social e institucional), no processo de criação e implantação do PESB, que são comumente identificadas nos processos participativos, tais como:

- envolvimento de intensidade flutuante;
- oscilação entre participantes;
- grande participação por parte de alguns e nenhuma por parte de outros;
- diferentes níveis de participação e esta nem sempre qualificada;
- ausência de segmentos considerados importantes para o processo;
- nivelamento da população local simplificando suas diferenças, étnicas, de gênero, classe, geração etc.

- Com base nos graus de mobilização, autonomia (nível de conhecimento, recursos humanos e financeiros), e iniciativa das pessoas envolvidas, pode-se identificar diferentes tipos de participação social em fases distintas, como descreve o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5- Os tipos de participação identificados durante a experiência, de acordo com as fases e períodos distintos.

Fases/Períodos	Tipos de Participação	Observações
Antes da criação	- Projeto original (1980);	- Participação por consulta.
	- Lei Autorizativa (1988);	-
	- Estudos preliminares do IEF-MG (1993).	- Participação passiva e; funcional.
Durante a criação	- DRP Araponga e desdobramentos (1993);	- Participação funcional; interativa e automobilização.
	- Reuniões; levantamento sócio-econômico (1994 – 1996)	- Participação funcional, interativa e automobilização.
Depois da criação	- Simpósio (2000);	- Participação funcional e interativa;
	- Formação e instalação do Conselho Consultivo (2004...).	- Participação funcional;

- Os diferentes entendimentos sobre participação orientam a opinião dos envolvidos sobre o processo ter sido ou não participativo;
- Numa experiência com a do PESB, envolvendo diretamente 8 municípios confrontantes com o Parque, não existe a possibilidade de uma participação efetiva de 100% da população e/ou de todos os segmentos atuantes na região. Da mesma forma, a participação não será no mesmo nível e nem na mesma intensidade para todos que se envolverem. Sempre haverá aqueles mais disponíveis (tempo, infra-estrutura, recursos humano e financeiro) mais dispostos ou mais interessados em participar;
- A sistematização conclui que: a experiência de criação e implantação do PESB, ainda que com limitações, foi participativa de modo geral, tendo em vista o histórico da participação social e

quando comparada com outros processos de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil (particularmente a categoria Parque), criadas no mesmo período.

4.3.1 Gênero e geração:

- O debate sobre equilíbrio de gênero e geração passou despercebido no processo antes e durante a criação do PESB. A cultura institucional das organizações envolvidas e a falta de experiência (técnicas, metodologias e estratégias) relacionada à questão de gênero e geração contribuíram para que não houvesse equilíbrio na participação de homens, mulheres e jovens;
- Fatores de ordem cultural são os principais responsáveis por não haver um histórico de participação de mulheres nas organizações envolvidas;
- Os temas tratados pelo processo de criação e implantação do PESB como, a questão fundiária (antes da criação), a demarcação dos limites físicos (durante a criação) e a gestão (depois da criação) podem ter contribuído para que não houvesse motivação à participação ou uma participação passiva quando havia, entre as mulheres. Por uma questão cultural, são assuntos tratados comumente pelo homem, tido como chefe da família;
- CTA-ZM contribuiu para inserir a discussão sobre gênero e geração e para a inserção de mulheres e jovens, moradores/as do entorno, no processo depois da criação do parque, correspondente ao final do período estabelecido pela sistematização. A contribuição destes/as foi pouco significativa nos espaços institucionais, mas muito relevante nos espaços comunitários;

▪ ***Conclusões sem consenso:***

- Em alguns momentos, especialmente em 2000 (após o Simpósio) e entre 2003-2004 (durante a criação do Conselho Consultivo e início da sua gestão) a atuação e dinâmica institucional do IEF-MG contribuíram para a fragmentação do grupo de atores envolvidos e, conseqüentemente, para a fragilização da construção de um processo participativo. Houve ausência de liderança no encaminhamento das ações demandadas pelo Simpósio e, posteriormente, tomada de decisões sem o conhecimento ou consulta ao Conselho já criado e atuante;
- Durante a formação e instalação do Conselho Consultivo do PESB (2004), identificou-se os tipos de participação passiva e por consulta. A primeira formação para o conselho gestor foi encaminhada e comunicada, pelo IEF-MG, ao grupo de atores envolvidos. Posteriormente, depois

de instituído e com o conselho já atuando, os membros não interferiam na tomada de decisão e, muitas vezes eram consultados, apenas depois de definidas as ações pelo órgão gestor;

- Algumas organizações ou atores que poderiam ter contribuído com o processo, foram excluídos do mesmo.

4.4 As estratégias utilizadas:

No decorrer do processo de criação e implantação do PESB, percebe-se a existência de estratégias, colocadas em prática pelas organizações envolvidas, para facilitar ou promover a participação social. Por outro lado, também existiram fatores que determinaram a exclusão ou saída de alguns segmentos.

A sistematização investigou, junto aos atores envolvidos, quais foram as principais estratégias responsáveis pela inclusão e conseqüente participação social, bem como se existiram estratégias ou mesmo fatores que resultaram na exclusão/saída ou que dificultaram a participação social.

Estratégias relacionadas à legislação e às propostas visando adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação também foram analisadas.

Das organizações envolvidas, poucas conseguiram atuar no sentido de propor estratégias e desenvolver ações concretas para adequar a produção do entorno com a conservação da região.

Segue abaixo, algumas conclusões destacadas sobre as estratégias utilizadas na experiência de criação e implantação do PESB diante do que foi anteriormente explanado:

▪ Conclusões com consenso:

4.4.1 Participação:

- A mobilização popular tem sido desde a criação do PESB, uma estratégia importante para a inclusão dos/as moradores/as no debate. A pressão popular com esse fim, também foi eficaz em alguns momentos. Entretanto, algumas estratégias de pressão popular, utilizadas pelas organizações ligadas aos movimentos sociais para promover a participação social, algumas vezes contribuíram para um ambiente de tensão entre a população local e o órgão gestor;

- A liderança do CTA-ZM na promoção da participação social no processo contribuiu, de certa forma, para uma acomodação das organizações e para o surgimento de novos protagonistas no decorrer do mesmo;

- O IEF-MG, ainda que sob forte pressão exercida pelas organizações sociais, inaugurou uma atitude inédita no histórico de criação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil, ao ouvir e discutir os questionamentos e reivindicações de organizações e moradores/as localizados ou atuantes na área em questão;
- A sistematização conclui que: um processo participativo na criação e implantação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno. A consolidação da criação do PESB sem prejuízos para a conservação ambiental e resguardando o direito dos moradores/as do entorno à permanecer em suas propriedades e a comparação com outros processos de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil (particularmente a categoria Parque), no mesmo período, nos quais não houve participação social, confirmam a conclusão.
- As organizações envolvidas não conseguiram elaborar, conjuntamente, estratégias para reintegrar ao grupo, aquelas que se afastaram e/ou se sentiram excluídas e que poderiam ter contribuído com o processo. Por outro lado, houve algumas estratégias isoladas nesse sentido;
- O debate incipiente e a falta de experiência das organizações contribuíram para que não houvesse estratégias específicas para a inclusão de mulheres e jovens antes e durante o processo. Depois da criação do PESB, entre 2002 e 2004 houve pequeno avanço no debate sobre gênero. Entretanto, nenhuma organização avançou no sentido de propor estratégias específicas para a participação de jovens em nenhuma fase do processo;
- Algumas das principais estratégias que favoreceram ou facilitaram a participação social foram:
 - os diagnósticos realizados;
 - os fóruns de discussão estabelecidos no decorrer do processo: reuniões; eventos nacionais, estaduais e regionais e; encontros comunitários;
 - o apoio do CTA-ZM tanto em assessoria, quanto metodológico e logístico aos STR's e moradores/as;
 - a pressão sobre o IEF-MG exercida principalmente pelos STR's e CTA-ZM;
 - a contribuição da mídia e de alguns professores/as do DPE e DPS da UFV e pesquisador da FAFILE/UEMG favorecendo a divulgação e sensibilização;
 - a identificação dos limites físicos do PESB envolvendo moradores e favorecendo uma aproximação destes com a unidade de conservação e com o IEF-MG;

-as visitas de conscientização e sensibilização de agricultores/as realizadas pelo IEF-MG, CTA-ZM e STR's no entorno;

- o processo de construção das propostas agroecológicas realizado pelo CTA-ZM e parceiros no entorno do PESB e inserção da produção sustentável sob os princípios da agroecologia no debate conservacionista;

-as discussões entre a população, IEF-MG e Polícia Florestal favorecendo uma certa aproximação, especialmente com os agricultores/as, pois as duas instituições são vistas apenas como órgãos fiscalizadores pelas comunidades rurais. Muitos moradores/as ainda confundem as duas instituições.

-Os diversos espaços criados no decorrer do processo, contribuíram para favorecer e democratizar o debate;

- O processo de mobilização social desencadeado trouxe contribuições importantes para garantir a própria criação da unidade de conservação;

- As estratégias, ora favorecendo, ora dificultando a democratização do debate, bem como a participação social, foram sendo construídas ao longo do processo, fruto do aprendizado coletivo;

4.4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação

- A proposição de criação das APA's, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de entorno e funcionar como zona tampão do parque, foi a primeira estratégia pensada para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno, durante a criação. Entretanto, a criação das APA's (depois da criação do PESB) não cumpriu com a sua finalidade porque nunca foram efetivamente implantadas;

- Poucas organizações possuíam estratégias concretas para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno, por não terem experiência ou por não terem um enfoque de atuação voltada para esse fim. Alguns destaques foram os projetos desenvolvidos pelo CTA-ZM, STR's e alguns professores do DPS/UFV e DPE/UFV durante todo o processo e o IEF-MG através do PROMATA, ao final do período;

- As estratégias de proteção da Mata Atlântica protagonizadas pelo IEF-MG na região foram, de modo geral, concentradas no PESB antes e durante o processo. Não houve uma visão sistêmica por parte do órgão gestor de uma estratégia voltada para a região (PESB e entorno). Depois da criação (2004), com o PROMATA, surge uma iniciativa nesse sentido;

- A estratégia de criação do PESB para garantir a conservação de áreas relevantes à biodiversidade, na região, foi necessária e eficaz. Entretanto, a conservação ambiental não deve ser restrita apenas à área do parque;
 - As ações desencadeadas pelo IEF-MG e demais organizações envolvidas para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno foram mais pontuais e isoladas não estando articuladas com políticas públicas locais ou com as estratégias de desenvolvimento sustentável já existentes no entorno. Ao final do período houve uma tentativa de aproximação entre o PROMATA/IEF-MG, alguns STR's do entorno e o CTA-ZM;
 - O turismo, tanto rural quanto ecológico, de forma sustentável, configura-se como uma das principais estratégias para conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento do entorno. A sustentabilidade nesse sentido deve estar pautada em alguns princípios, tais como; a agroecologia; a autonomia, apropriação e bem-estar dos moradores/as locais; a geração e diversificação de emprego e renda; a ocupação de mão-de-obra local; a valorização da cultura regional e; a conservação dos recursos naturais;
 - A agricultura agroecológica e práticas produtivas mais sustentáveis como os SAF's, integrados ao conjunto da propriedade rural, constituem-se estratégias eficazes para adequar a conservação ambiental com a produção do entorno, tendo em vista a realidade sócio-econômica e ambiental da região;
- **Conclusões sem consenso:**
- Não existiram estratégias contrárias à participação social ou elaboradas propositadamente para dificultá-la, mas sim fatores que contribuíram para tal;

4.5 As articulações interinstitucionais:

As articulações interinstitucionais pré-existentes ou geradas a partir e ao longo do processo de criação e implantação do PESB foram responsáveis por promover o próprio processo. Essas articulações, ora se configurando com mais sólidas e permanentes, ora como mais frágeis e pontuais, foram fundamentais para desencadear o processo de mobilização antes da criação do PESB que, por sua vez, resultou na participação social no decorrer da criação e implantação do parque.

As relações que foram se estabelecendo ao longo do processo, muitas vezes foram responsáveis, também, por gerar uma série de conflitos, especialmente de interesse, entre as

diferentes organizações. A forma como estas se posicionam, o papel que assumem dentro de um processo desse tipo e como essa atuação é vista pelo outro determinam, consolidam ou segregam essas relações.

Acredita-se, também, que muitos destes conflitos sejam frutos de diferentes visões; interesses; culturas institucionais e; concepções orientando processos, estratégias, ações e metodologias.

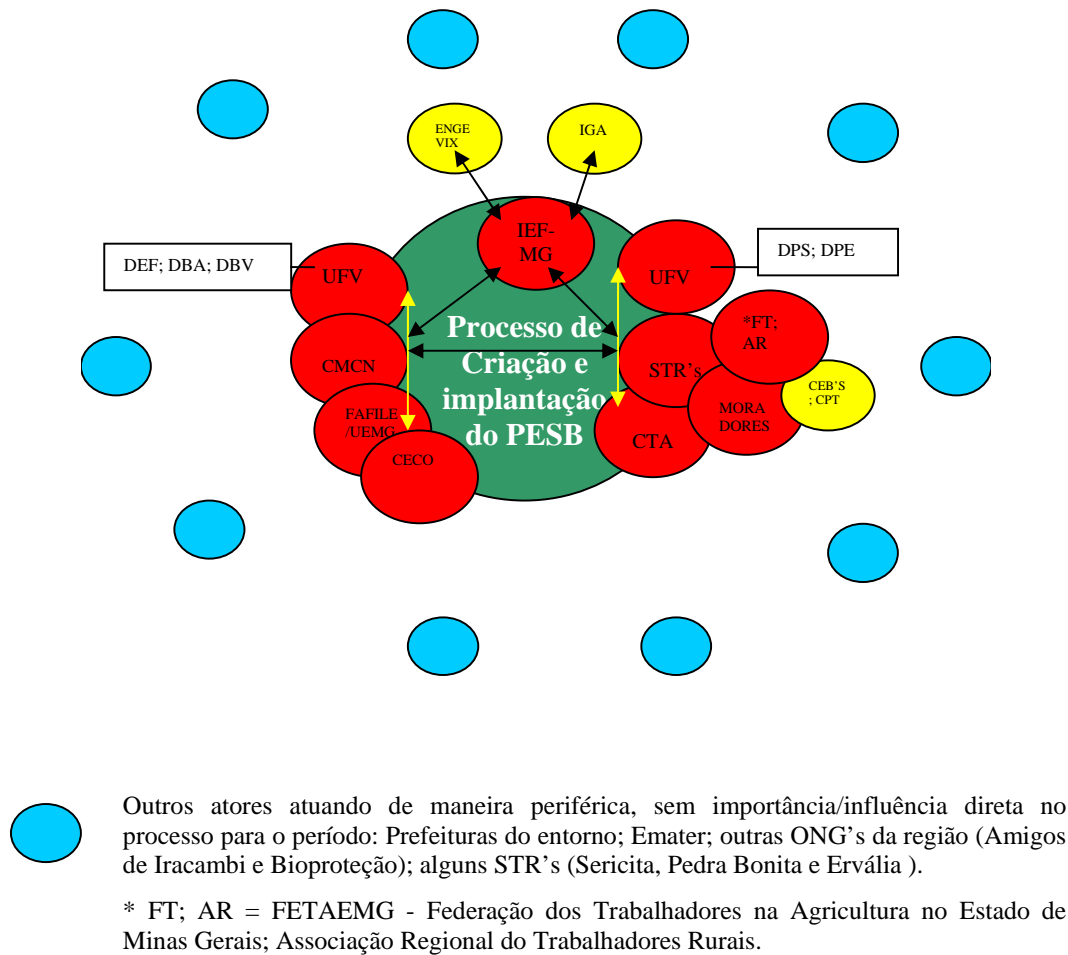
Por outro lado, as contradições existentes entre as instituições envolvidas foram importantes para amadurecer o processo. A experiência do PESB contribuiu para criar e fortalecer uma articulação entre diferentes organizações governamentais e da sociedade civil, com diferentes visões, interesses e práticas, mas atuando em função de um objeto comum, caracterizado pelo PESB e seu entorno.

Tendo em vista esses aspectos e o que foi analisado pela presente sistematização, seguem algumas conclusões a respeito desse tópico:

▪ **Conclusões com consenso:**

- O papel que cada organização assume dentro do processo está diretamente associado ao histórico, perfil da mesma e seu poder de influência, sendo que esta atuação, muitas vezes, está associada à posições conservacionistas ou sócio-ambientalistas;
- As organizações envolvidas, tanto as que se inserem num contexto mais conservacionista quanto as que se inserem num contexto mais sócio-ambientalista, foram influenciadas pelo movimento ambientalista. O contrário também ocorreu, pois tais organizações também influenciaram o mesmo;
- As articulações entre as organizações ocorridas antes, durante e depois da criação do PESB foram caracterizadas pela existência de grupos distintos, influenciados por diferentes correntes de pensamento (conservacionista e sócio-ambientalista). Tais grupos, foram se agregando por afinidades, inter-relacionando uns com os outros e estiveram ligados ao processo de preservação e sustentabilidade na região da Serra do Brigadeiro, a partir de diferentes concepções sobre conservação e desenvolvimento (Figura 2).

Figura 2 - Diagrama ilustrando a articulação interinstitucional no processo de criação e implantação do PESB.



- As articulações interinstitucionais foram responsáveis por promover a participação, tanto social quanto institucional, em diversos momentos e também por gerar uma série de conflitos entre as diferentes organizações, especialmente conflitos de interesse;
- As motivações que orientam a entrada, permanência ou saída de uma determinada organização num processo como esse, estão diretamente relacionadas aos interesses; focos de atuação; oportunidade e/ou; disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) de cada organização;
- A forma como as organizações se posicionaram, o papel que elas assumiram dentro do processo e como essa atuação foi vista pelo outro podem ter determinado, consolidado ou segregado relações;

- As contradições entre as instituições envolvidas foram importantes para amadurecer o processo;
- As articulações interinstitucionais que se deram a partir da experiência do PESB avançaram para além da mesma, sendo, atualmente, responsável por muitos projetos e ações que acontecem na região.

- **Conclusões sem consenso: não tiveram.**

4.6 Os impactos da criação e implantação do PESB:

O projeto original de criação do parque, tal como concebido, se tivesse sido implantado na cota 1.000m e conduzido sem discussão com a população, teria causado um impacto negativo de proporções imensuráveis, com algumas conseqüências, tais como:

- a desapropriação de cerca de 400 (COUTO e DIETZ, 1980) a 700 famílias (CTA-ZM, 1997);
- o êxodo rural para as periferias das grandes cidades;
- a revolta da população local com rebatimentos para a área do parque, principalmente com incêndios criminosos;
- o risco de vida tanto para as populações, quanto para técnicos do IEF-MG;
- a invasão de terras adjacentes;
- a fome assolando famílias inteiras por não terem onde produzir;
- a paralisação da produção de alimentos no meio rural;
- as áreas urbanas sem abastecimento de alimentos;
- o aumento de violência nas áreas urbanas;
- a ocupação de favelas nos centros mais próximos;
- o desolamento das famílias por não saberem para onde ir ou o que fazer;
- a perda do vínculo familiar com o lugar de origem;
- a erosão cultural na região;
- a degradação ambiental de forma generalizada na região;
- dentre outros.

Felizmente o projeto original culminou numa proposta mais coerente com a realidade regional, garantindo a criação do PESB, sem danos para a preservação ambiental ou para a população local. Entretanto, o processo de criação e implantação do PESB foi responsável por

causar impactos tanto positivos quanto negativos na vida dos moradores/as do seu entorno. Tais impactos refletem, atualmente, uma relação que precisa ser analisada entre as comunidades rurais ali localizadas e a unidade de conservação em questão.

Os impactos gerados a partir do processo ocorreram tanto sobre a conservação da biodiversidade na região, quanto sobre a vida das populações. É reconhecida a importância do parque na redução de impactos negativos decorrentes das atividades antrópicas, especialmente a exploração dos recursos naturais sem políticas adequadas de manejo que primem pela sustentabilidade da área em questão.

A atuação da Belgo-Mineira, por exemplo, é vista como a principal responsável por mudanças nas formas de produção e na relação do/a agricultora/o com a terra que abandonou suas propriedades e o cultivo de subsistência partindo para a extração de madeira. Essa exploração da empresa na região gerou degradação ambiental, desemprego e dependência econômica.

A criação do PESB gerou, entre outros, impactos de ordem sócio-econômica na vida da população local. O parque à medida que trouxe uma série de benefícios à conservação ambiental com reflexos na vida dos moradores/as, também impôs uma nova forma de uso e ocupação do solo, com impactos na organização produtiva da região. Muitas propriedades tiveram suas áreas produtivas reduzidas por estarem dentro dos limites do PESB; o uso dos recursos naturais foi limitado e colocou os moradores/as em situação ilegal quando realizado na área da unidade de conservação. Esses fatores, somados a outras variáveis tais como: a atuação da Belgo-Mineira na região; a minifundização; alterações climáticas ao longo dos anos; o histórico de uso e ocupação do solo da região; oscilações do mercado; dentre outros, foram responsáveis por alterar a forma como agricultores/as vêm produzindo no entorno do PESB.

No que tange a legislação, houve contribuições relevantes para o debate local/regional, estadual e nacional a partir da experiência do PESB e do conjunto de experiências que estavam acontecendo no entorno do mesmo.

Por ser inédito no Brasil o caso do PESB inaugurava, naquele momento, uma discussão sobre processos participativos na criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Foram vários os debates, nos quais algumas organizações tiveram a oportunidade de apresentar a experiência local/regional, tendo esta se tornado referência nesses espaços.

No âmbito local/regional o evento mais significativo foi o Simpósio intitulado “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno: contribuições para elaboração do plano de manejo

integrado e participativo”, ocorrido em 2000. O evento, realizado pelo IEF-MG, CTA-ZM e UFV inaugurou uma discussão sobre a gestão participativa do PESB, reunindo um público amplo e diversificado, tais como: moradores/as do entorno; técnicos/as; pesquisadores/as; organizações governamentais e não-governamentais; instituições de ensino e estudantes.

Na esfera estadual ocorreram debates junto ao IEF-MG, com contribuições para a reformulação da Lei Estadual de Florestas (n.º 10.561/91) no que diz respeito à recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP’s) e Reservas Legais (RL’s) com Sistemas Agroflorestais (SAF’s). A experiência do PESB também foi levada para vários debates em nível nacional, incluindo as discussões que subsidiaram a elaboração do SNUC.

A sistematização ressalta algumas conclusões, a seguir, de acordo com o que foi analisado:

▪ **Conclusões com consenso:**

- O processo contribuiu para um amadurecimento geral entre as organizações e comunidades rurais envolvidas na sistematização, acerca da importância das áreas protegidas. Atualmente existe um razoável consenso entre as organizações e comunidades rurais sobre a importância das unidades de conservação e do papel que estas cumprem na preservação, conservação e manutenção da biodiversidade; no uso sustentável dos recursos e; no desenvolvimento regional;
- Os debates acerca da criação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil, especialmente os que antecederam e subsidiaram a elaboração do SNUC, impactaram diretamente o processo local/regional na época da criação do PESB. Os principais impactos diretos desses debates foram as contribuições nas discussões sobre:
 - manejo e uso sustentável dos recursos naturais;
 - a conservação ambiental tratada de forma integrada com o desenvolvimento sustentável;
 - a participação social nas estratégias de conservação ambiental;
 - a valorização da cultura e do conhecimento das populações locais sobre a diversidade biológica e manejo tradicional dessas áreas;
 - dentre outros.
- O processo local, por ser inédito, contribuiu para o debate nacional acerca do papel das populações residentes das unidades de conservação ou moradoras do seu entorno, na conservação dos recursos naturais nessas áreas. As principais contribuições diretas foram relacionadas principalmente à:

- importância de um processo de mobilização popular e de uma organização social pré-existente, que potencialize a participação social;
 - importância da participação da população precedendo a criação das unidades de conservação e na gestão das mesmas e que esta seja exercida de forma integrada com o entorno;
 - o envolvimento da população em todo o processo refletindo na garantia de criação e maior conservação da área;
 - as propostas agroecológicas conciliando a conservação com desenvolvimento sustentável (Ex. SAF's).
- O parque, em sua institucionalidade, significa um novo ator, um elemento novo para as comunidades rurais localizadas na Serra do Brigadeiro. Desse modo, o PESB vem se integrando aos poucos à vida existente naquela realidade local;
 - Com a criação do PESB, configurou-se uma sobreposição de territórios geográficos, na qual o parque, enquanto uma área institucional (unidade = PESB), se insere num contexto mais amplo de uma região (pluralidade = Serra do Brigadeiro). Essa sobreposição implica, muitas vezes, numa visão de conservação polarizada e não sistêmica;
 - A relação entre PESB e entorno oscilou entre momentos de tensão, integração, cooperação e distanciamento durante o processo de criação e implantação do PESB;
 - A relação parque e entorno foi amadurecendo gradativamente ao longo do processo a visão das comunidades sobre o uso dos recursos nas três fases, de modo geral:
 - antes da criação: menor conscientização; uso dos recursos naturais de forma despreocupada com a sustentabilidade em longo prazo e; maior liberdade pelo fato de não existir o PESB restringindo o uso dos recursos e exigindo maior fiscalização.
 - durante a criação: conflitos associados ao uso dos recursos naturais e serviços advindos do parque; restrição ao uso dos recursos naturais e serviços racionalizando a relação entre moradores/as e a natureza.
 - depois da criação: maior conscientização; medo da legislação imposta pela criação do PESB; uso dos recursos naturais de forma mais preocupada com a sustentabilidade em longo prazo.
 - O desejo de conservação efetiva do meio ambiente, por parte das organizações e comunidades envolvidas na sistematização é consenso, não se restringindo à área do parque;

- Há um amadurecimento entre as organizações no que tange ao reconhecimento relativo à necessidade de conservação paralela à necessidade de desenvolvimento, de forma sustentável, das populações do entorno;
- Surge pós-criação uma complementação dos discursos conservacionista e sócio-ambientalista entre as organizações envolvidas na experiência do PESB;
- O sonho e perspectiva de futuro em relação ao PESB advindos das comunidades rurais do entorno, especialmente as mais isoladas e próximas aos limites físicos do parque, estão igualmente associados ao desejo de conservação ambiental em consonância ao desenvolvimento rural, mas a prioridade é a demanda por melhoria na qualidade de vida de maneira geral;
- A atuação da Belgo-Mineira na região, antes da criação do PESB, enfatizou uma cultura de exploração (madeira e humana), subserviência e assistencialismo herdada da época da colonização da região, com graves conseqüências, tais como: a miséria; a prostituição; a exploração sexual e; a degradação dos valores tradicionais. Essa cultura ainda agrava uma problemática que se estende ao parque, no que tange à grande expectativa dessas comunidades rurais de que este corresponda, suprimindo todas as demandas por infra-estrutura e serviços básicos. A exploração madeira pela Belgo-Mineira foi a maior responsável pela degradação ambiental da região antes da criação do PESB e até os dias atuais;
- Por outro lado, em decorrência dessa subordinação causada por vários fatores históricos, surgiram grupos de resistência à mesma na região.
- Em decorrência dessa carência de apoio, projetos, serviços e infra-estrutura, muita degradação ambiental ainda acontece por parte das comunidades rurais, especialmente nas faces norte e sul do parque. Essas áreas são justamente aquelas as quais os STR's ainda não conseguiram desenvolver uma ação mais efetiva junto às comunidades rurais;
- Projetos voltados para a conservação do PESB e para o desenvolvimento sustentável do seu entorno, de forma articulada, podem ser mais efetivos para cada fim, do que quando tratados de forma isolada.
- O parque influenciou uma nova forma de uso e ocupação do solo, com impactos na organização produtiva da região e na relação do/a agricultora/o com a terra ao longo dos anos, provocados, também, por outras variáveis, tais como: a ação da Belgo-Mineira na região; o próprio histórico de uso e ocupação do solo da região antes da criação do PESB; o processo de minifundização ao longo do tempo; alterações climáticas; oscilações do mercado; etc.

- Os impactos da criação do PESB se dão não apenas do entorno para a unidade de conservação (fora para dentro; impactos sobre a conservação da biodiversidade), mas também, da unidade de conservação para o entorno (dentro para fora; impactos sobre a vida da população);
- Se o PESB foi criado na região é porque existia área significativa preservada pelos moradores/as locais até então, sendo que fatores como legislação, topografia, dentre outros também podem ter sido responsáveis pela preservação ambiental regional.
- Agentes externos, tais como: visitantes, turistas e empresas de exploração de recursos naturais (madeira e minério) também são responsáveis por contribuir com a degradação ambiental na região. A mineração constitui-se, atualmente, a maior ameaça à conservação da sócio-biodiversidade no entorno do PESB após a criação do mesmo, colocando em risco não só o meio ambiente, mas o turismo, agricultura, dentre outros;
- O uso dos recursos naturais pelas comunidades rurais se configurou como uma forma de exploração com impactos pouco significativos para a biodiversidade regional. Entretanto, se esta exploração continuasse, em longo prazo poderia causar impactos significativos nesse contexto.
- Se não fosse a criação do PESB outras ações de exploração dos recursos naturais na região poderiam colocar em risco a biodiversidade regional em curto, médio e longo prazo;
- A criação do PESB e suas limitações quanto ao uso dos recursos naturais e serviços advindos do mesmo, promoveu uma maior consciência sobre a importância da conservação ambiental, fazendo com que os agricultores/as criassem formas alternativas de se trabalhar a produção a partir das dificuldades enfrentadas.

▪ **Conclusões sem consenso: não tiveram**

4.7 A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo:

A presente sistematização buscou, de modo não tão aprofundado, visto que o tema é por demasiado complexo e demanda um estudo sociológico mais abrangente, elementos que pudessem confirmar ou não uma terceira e última hipótese que orienta essa sistematização: iii) o processo de criação e implantação do PESB contribuiu para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro.

A sistematização investigou junto aos atores envolvidos e buscou analisar, no conjunto dos dados e referência bibliográficas sobre o tema, quais elementos a experiência de criação e

implantação do PESB trouxe para a região, influenciando aspectos culturais locais e contribuindo para a construção de uma identidade nesse contexto.

Algumas conclusões a esse respeito serão apresentadas, como modesta contribuição à análise do conjunto do trabalho, numa perspectiva futura de gestão participativa e integrada do PESB e entorno.

Faz-se necessário primeiramente, compreendermos o (s) conceito (s) de identidade. Esta se refere a algo que nos diferencia em relação ao outro, o que nos caracteriza como pessoa, sujeito individual ou como grupo social, sujeito coletivo. Ela pode ser definida pelo conjunto de papéis que assumimos ou que nos são dados ao nascermos ou ainda, que desempenhamos ao longo da vida. É determinada pelas condições sociais às quais estamos sujeitos e à uma função que exercemos de acordo com tais condições.

Para CASTELLS (2006) identidade também pode ser compreendida como a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes. Ao mesmo tempo em que ela pode ser definida pelo conjunto de papéis, a mesma não se deve confundir com os mesmos, pois estes determinam funções enquanto que a identidade organiza significados. Estes, por sua vez, são resultantes de um sujeito individual que se coloca dentro do contexto das relações sócio-culturais tornando-se, também, coletivo.

Ao afirmarmos que possuímos uma identidade seja nos referindo em relação ao outro ou a um determinado grupo o qual estamos inseridos, estamos admitindo uma certa originalidade, que significa ao mesmo tempo semelhança e diferença. Segundo GADOTTI (2006) existe uma relação de igualdade que cimeta um grupo, igualdade válida para todos os que a ele pertencem. Porém, essa mesma identidade que unifica um determinado grupo pela semelhança, se define em relação a algo que lhe é exterior, à medida que o diferencia de outros grupos. Há uma relação entre o interno (semelhança) e o externo (diferença).

A construção da identidade ocorre em contextos sociais específicos, nos quais estão inseridos aspectos culturais, ambientais, econômicos e políticos. Para PRAXEDES (2006) essa construção não deve ser pensada sob o ponto de vista unidirecional e estático, mas numa perspectiva relacional e dinâmica, ou seja, como resultante das relações sociais que ocorrem no cotidiano dos atores sociais, e não como propriedades intrínsecas compostas por uma essência imutável.

A noção de território, presente num contexto mais recente do PESB, também é objeto de análise na construção dessa identidade, ainda que não seja papel da sistematização aprofundá-la. O conceito de território é relevante nesse sentido para compreendermos a questão da construção da identidade no contexto territorial da experiência do PESB.

Existem diferentes conceitos para o significado de território e FLORES (2006) citando RAFFESTIN (1993) considera uma distinção entre espaço e território, no qual o primeiro está relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, o conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

FERNANDES (2006) ressalta que o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades, ou seja, são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais, onde a contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade.

TIZON (1995) citado por FLORES (2006) destaca um sentido antropológico, onde território é o ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Nesse sentido, se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores (BRUNET, 1990 citado por FLORES, 2006).

ALBAGLI (2004) citado por FLORES (2006) caracteriza uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Para o autor essa compreensão é fortalecida condicionando a questão da territorialidade às normas sociais e valores culturais variando, dessa forma, tanto de sociedades para sociedade como de um período para outro.

Há ainda no contexto do PESB uma identidade cultural que, segundo BOFF (2006), está intimamente ligada à uma realidade especificamente humana, criada a partir de intervenções

sobre si mesmo e sobre a natureza. Intervenções estas responsáveis pelo *habitat* (morada) humano.

Para GADOTTI (2006) não é possível falar em identidade cultural sem nos atermos à identidade étnico-cultural, pois, ao falarmos de identidade de uma cultura, temos que localizá-la num determinado tempo e espaço e no interior de um grupo étnico. Nesse sentido, BARBOSA (2005) ressalta que as questões ambientais locais devem aprofundar questões sócio-étnico-culturais históricas.

Para este autor, especificamente em relação aos povos que habitam aquelas serras na região, existe uma identidade que se determina na fusão de ameríndios, afro-brasileiros e euro-descendentes, o que o autor chama de identidade *ameríndiafricana*. Atenta, ainda, para a questão da desintegração da identidade pela globalização e pós-modernidade, o que vem causando, historicamente, uma erosão e homogeneização cultural dos povos.

A sistematização não procurou aprofundar as raízes étnicas-culturais que ocorrem na região da Serra do Brigadeiro, pois não é objeto da mesma localizar e analisar as diferentes identidades que estão em constante processo de construção e que podem emergir a partir de um estudo como esse.

A seguir, algumas conclusões acerca da construção da identidade no processo de criação e implantação do PESB:

▪ **Conclusões com consenso:**

- O processo do PESB agrega diferentes atores sociais e institucionais de maneira isolada ou em grupos. Estes, por sua vez, estão vinculados à organizações distintas, tanto formais quanto informais, tanto da sociedade civil como do governo, algumas advindas de contextos sociais distintos;

- A análise da construção da identidade no processo de criação e implantação do PESB não deve se dar de forma isolada do conjunto de elementos que podem interferir direta ou indiretamente nessa construção. Diversos fatores podem interagir com esse contexto, tais como:

-o processo histórico de colonização e de exploração humana e mineral na região;

-as influências européia, indígena e afro-brasileira determinando relações, costumes, cultura etc.;

-as diferenças culturais e étnicas entre os povos da Serra em regiões distintas;

- as relações sociais estabelecidas secularmente na região;
- a ação da Belgo-Mineira e seus impactos sócio-econômico, cultural e ambiental;
- a inserção do CMCN/DEF/UFV na região protagonizando a criação do PESB;
- os movimentos sociais locais advindos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) orientando dinâmica (s) de organização social;
- a intervenção do CTA-ZM e STR's contribuindo para uma cultura de participação;
- a intervenção e contribuição das demais organizações;
- as diferentes culturas institucionais interagindo com várias culturas pré-existentes na região;
- a inserção do IEF-MG na região regulando o uso dos recursos naturais e serviços e inaugurando um processo inédito em termos de unidades de conservação de proteção integral no Brasil;
- a constituição da Serra do Brigadeiro enquanto território e objeto de política pública governamental;
- dentre outros.

- Todos esses fatores fazem parte desse contexto sócio-cultural, no qual as organizações envolvidas com a criação e implantação do PESB estão inseridas. São elementos de um contexto que é dinâmico. Pertencem a um passado e a um presente e estão dialogando constantemente com o futuro e com os novos elementos responsáveis pelas transformações da sociedade e da cultura;
- O processo foi responsável por: aglutinar diferentes atores em função de um objeto comum: o PESB e seu entorno; criar e fortalecer articulações interinstitucionais e uma rede de atores que se identificam e se aproximam por uma série de afinidades e/ou interesses e; reintegrar organizações que romperam relações no decorrer do mesmo, ainda que não conseguisse reintegrar outras que se afastaram ou que se sentiram excluídas;
- A criação do PESB desencadeou uma série de projetos e ações, caracterizando a unidade de conservação como um eixo aglutinador e transformando a região num espaço territorial de desenvolvimento;
- Existem grupos de atores envolvidos no processo do PESB que se assemelham e se diferenciam por interesses, ideologias, projetos de desenvolvimento etc. Estes mesmos grupos estão inseridos num processo histórico e inédito de criação, implantação e gestão de uma unidade de conservação de proteção integral na região. Isso os caracteriza e os unifica enquanto grupo que como tal,

possui um papel dentro de um contexto social, político, ambiental, cultural e econômico na região da Serra do Brigadeiro;

- O Território da Serra do Brigadeiro, enquanto objeto de política pública de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), constituído em 2003, emerge de uma construção social que é fruto do processo de criação, implantação e gestão do PESB. A construção da identidade num contexto territorial, portanto, se constitui a partir de um processo que é ao mesmo tempo complexo e desafiador e está diretamente relacionada às suas relações histórico-culturais;

- A alteração no modo de vida das populações em decorrência da criação e implantação do parque refletiu a inserção de novos costumes e práticas na realidade local dos moradores/as do entorno do PESB e, conseqüentemente, impactou aspetos culturais seculares e a(s) própria(s) identidade(s) que vinha(m) sendo construída(s) ali. Essas transformações em decorrência da criação do PESB, também são responsáveis por influenciar essa construção, mas não de maneira isolada;

- Especialmente os povos mais próximos dos limites do PESB, mais isolados e localizados em pontos mais altos, se identificam mais com o lugar onde vivem do que com o parque e sua institucionalidade. Estabelecem ali uma relação ambivalente com a mata, às vezes boa e às vezes ruim e com comunidades vizinhas do entorno. Entretanto, o parque também tem sido responsável pela construção de uma identidade entre esses povos.

- Num mesmo território, como é o caso da Serra do Brigadeiro, encontram-se diferentes identidades em processo constante de formação e de transformação, dependendo do contexto que se pretende investigar;

- Tendo em vista essa análise, a sistematização conclui, remetendo-se particularmente ao grupo de atores envolvidos com a experiência, que: o processo de criação e implantação do PESB tem contribuído para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro. A experiência, em conjunto com fatores históricos, sociais e culturais, foi responsável por contribuir para a construção de uma identidade entre os atores envolvidos com a mesma e por trazer novos elementos e impactar não só aspectos culturais específicos da região, mas também políticos, econômicos e ambientais;

- Três formas e origens de construção de identidades refletem, de modo sucinto, um processo evolutivo e de amadurecimento entre as organizações envolvidas com a experiência do PESB:

- Identidade legitimadora: o Estado, através do IEF-MG, se inserindo num contexto local para a criação do PESB, reforçando uma relação de dominação em relação aos autores sociais locais;
 - Identidade de resistência: os atores sociais das organizações governamentais e os autores sociais locais se posicionando e se articulando, de maneira contrária às imposições do Estado, criando resistências com princípios diferentes ou opostos;
 - Identidade de projeto: os atores envolvidos (sociais e institucionais), através de uma articulação interinstitucional consolidada, construindo uma nova identidade frente ao processo e a partir deste. Identidade esta, em permanente processo de construção.
- Como grupo esses atores (sociais e institucionais) envolvidos, possuem um papel nesse processo que deve caminhar para uma continuidade, numa perspectiva de gestão participativa e integrada do PESB e entorno. Enquanto um grupo articulado no contexto de um território os limites geográficos e relacionados à conflitos de interesse e poder não devem sobrepor à uma construção que antecede a própria constituição do território.
- A construção da identidade nesse grupo deve ser capaz, nesse sentido, de avançar na identificação, mitigação e busca de soluções para os conflitos existentes e os que vão surgindo; na inserção de novos atores sociais e institucionais e; na busca por projetos e ações que promovam a conservação ambiental aliada ao pleno desenvolvimento da região de forma sustentável, buscando reforçar o sentimento de solidariedade e de pertencimento desses atores no processo;
- A construção da identidade nessa perspectiva ultrapassa as fronteiras de um território constituído não por uma política pública governamental, mas pelo próprio grupo articulado a partir da experiência de criação e implantação do PESB.

- ***Conclusões sem consenso: não tiveram.***

5. APRENDENDO COM O CAMINHAR... *Lições aprendidas ou recomendações do processo:*

A experiência de criação e implantação do PESB gerou uma série de aprendizados que refletem o acúmulo tanto individual, quanto coletivo de diversas organizações envolvidas. Esses aprendizados serão organizados na presente sistematização, em forma de lições aprendidas ou recomendações ao público de interesse. A definição de lições aprendidas está detalhada no item 2 (POR ONDE E COMO CAMINHAMOS... Metodologia da sistematização) do documento.

Este capítulo refere-se ao que uma experiência de mais de dez anos, que reuniu diferentes atores sociais e institucionais pode gerar de aprendizado contribuindo, portanto, com a continuidade do próprio processo e com outras experiências semelhantes.

As lições destacadas neste capítulo fazem parte de uma reflexão geral da sistematização, realizada em conjunto com algumas das principais organizações envolvidas na experiência, em encontro realizado em julho de 2006.

As lições foram extraídas durante o encontro, por segmento, como forma de facilitar e aprofundar a reflexão e vivência de cada grupo (agentes governamentais, atores sociais das organizações não-governamentais e autores sociais locais), contudo, serão aqui apresentadas de forma geral, uma vez que refletem uma vivência que é, sobretudo, coletiva. Estas lições, apresentadas a seguir, refletem orientações e/ou recomendações deste grupo para experiências ou processos semelhantes, tendo em vista as particularidades de cada local.

5.1 Lições aprendidas pelos participantes da sistematização:

- Deve-se realizar um estudo prévio e aprofundado para a escolha da categoria de unidade de conservação a ser criada;
- As Unidades de Conservação devem ser criadas de forma integrada com o entorno (população local, outras áreas protegidas, ações e projetos em desenvolvimento etc.) e construir previamente acordos e consensos com os atores sociais e institucionais envolvidos;
- É importante que o grupo de atores envolvidos leve em consideração não só a realidade na qual a experiência se localiza, mas as identidades pré-existentes e os possíveis impactos sobre elas;
- É imprescindível que sejam estabelecidos diálogos com as famílias moradoras do entorno e/ou residentes da área em questão sobre a criação da unidade de conservação;

- Pensar estratégias mais eficazes de comunicação e divulgação das informações sobre a criação da unidade de conservação se faz fundamental, para manter a população animada, inserida no processo e para garantir a qualidade das informações que circulam;
- É importante que o grupo de atores envolvidos seja capaz de ouvir as pessoas que menos aparecem e que podem contribuir quando e de onde menos se espera;
- Os conflitos que irão surgir no decorrer da experiência não devem ser negados ou minimizados. É importante que o grupo envolvido reconheça a existência dos conflitos e busque explicitá-los e solucioná-los da melhor maneira possível, garantindo espaços para que isso seja possível;
- É importante que os atores envolvidos permaneçam participando e contribuindo com a construção do processo participativo, superando as divergências e limitações e estabelecendo diálogos com menos tensão;
- Precedendo a criação dessas áreas, especialmente no caso das unidades de conservação de proteção integral, é necessário um estudo aprofundado a respeito das demandas das comunidades rurais do entorno sobre os recursos naturais ali existentes. A partir desses estudos o órgão gestor deve fomentar a produção desses recursos dentro das propriedades rurais, tendo em vista a realidade local e o suprimento dessas demandas;
- É importante realizar e/ou incentivar estudos identificando os fragmentos de mata já existentes no entorno da unidade de conservação, bem como a elaboração de planos de manejo visando regular o uso sustentável dos recursos naturais nessas áreas;
- Deve-se incentivar apoiar e/ou promover processos de gestão ambiental comunitária, nos quais as famílias tenham autonomia e se apropriem dos recursos naturais de forma sustentável e a partir dos conhecimentos que vêm acumulando secularmente;
- É fundamental que os responsáveis pela criação da unidade de conservação e o grupo de atores envolvidos conheçam, respeitem e valorizem as culturas existentes no entorno e os elementos que fazem parte da mesma. O uso de plantas medicinais, os locais de reza, as formas de cultivo, os conhecimentos tradicionais, dentre outros;
- Os processos de criação, implantação e gestão de unidades de conservação de proteção integral devem reconhecer a importância do processo participativo e da mobilização social nesse contexto;
- Deve-se ter compromisso com a continuidade dos processos. Para tanto, é importante a formação de uma instância de articulação que seja reconhecida pelos atores envolvidos, na qual estes possam se fazer realmente presentes; que tenha o papel de animar o processo e; que

tenha legitimidade perante o órgão gestor, de modo que a demanda não tenha que partir apenas deste;

- O grupo deverá estar sempre atento às mudanças internas nas organizações ou grupos, de modo que isso não incorra na descontinuidade dos trabalhos;

- A conservação de uma determinada área para ser eficiente deve ser conduzida a partir de processos participativos.

- É importante que o grupo envolvido esteja aberto para o imprevisto, para o inusitado, para as diferentes visões e posicionamentos e que incorpore novos atores (sociais e institucionais) no decorrer;

- O órgão gestor não deve esperar que a sociedade demande pela participação na criação, implantação e gestão dessas áreas. O mesmo deve liderar a promoção do processo participativo de forma contínua;

- É preciso construir parcerias (relações mais sólidas em torno de um projeto) e/ou alianças (relações mais pontuais em torno de um objetivo comum) para buscar soluções frente aos problemas relacionados ao entorno, de modo a não sobrecarregar o órgão gestor;

- É preciso despertar na comunidade o valor do trabalho do órgão gestor, e o valor da unidade de conservação, trazendo a população local para dentro do processo;

- A regularização fundiária deve ser vista como uma prioridade na implantação da unidade de conservação. O processo deve ser discutido com cada família, visando conciliar as expectativas da mesma com a implantação da unidade de conservação, sem prejuízos morais ou financeiros para as famílias;

- É importante que o governo (Municipal, Estadual ou Federal) responsável, garanta à unidade de conservação funcionários em número suficiente para manter sua integridade e que as populações do entorno tenham preferência nessa contratação. A unidade de conservação, desse modo, gera ocupação de mão-de-obra local, renda e contribui para integrar as famílias do entorno nas estratégias de conservação da área;

- Deve-se promover processos de formação e capacitação de moradores/as através de intercâmbios com outras experiências semelhantes;

- A questão de gênero e geração deve ser trabalhada desde o início, de modo que o processo incorpore a participação de mulheres e jovens em todas as fases;

- Deve-se garantir que os mecanismos de regulamentação das APA's sejam aplicados de forma efetiva e que o ICMS ecológico seja utilizado de forma correta, ou seja, em benefício da gestão ambiental do município e da população do entorno da unidade de conservação.

- ...

Muitas outras lições estão embutidas nas falas, nos relatos, nas reflexões individuais e coletivas que ocorreram durante a sistematização e que a mesma procurou sintetizar neste capítulo da forma mais clara possível.

Muitas outras lições ainda estão por vir, pois “o aprender se faz ao caminhar”.

6. SEMEANDO PELO CAMINHO... Plano de difusão dos aprendizados:

Como visto no item 2 do documento (POR ONDE E COMO CAMINHAMOS...), o plano de difusão compreende a última etapa do processo de sistematização.

De acordo com SOUZA et al. (2005) a difusão dos produtos da sistematização objetiva socializar os aprendizados e acúmulos ocorridos durante a experiência sistematizada e pode ser instrumento capaz de influenciar ações e decisões, tanto no plano individual quanto coletivo, inclusive políticas públicas voltadas para o (s) tema (s) no (s) qual (is) a experiência se insere.

O plano de difusão da presente sistematização, portanto, refere-se aos produtos que podem auxiliar na disseminação de aprendizados e conhecimentos construídos pelo grupo de atores envolvidos, a partir experiência sistematizada. Os produtos visam, em curto prazo, influenciar outros espaços, organizações e/ou atores que vivenciam processos semelhantes. Em médio e longo prazo, os produtos visam influenciar políticas públicas municipais, estaduais e federais, voltadas para as áreas protegidas, em especial, as unidades de conservação de proteção integral.

Foram previstas algumas ações visando a disseminação dos resultados e aprendizados da experiência de criação e implantação do PESB, tais como:

- Confecção de material para registro (documento final);
- Divulgação dos resultados obtidos através de eventos (seminários, congressos, encontros etc.);
- Devolução e discussão das lições nas comunidades rurais por meio de encontros comunitários;
- Produção de materiais diversos para publicação, tais como: artigos científicos; artigos para revistas; tese em nível de doutorado; livro; cartilhas voltadas para moradores/as do entorno do PESB e STR's;
- Divulgação através de vídeo.

Tendo em vista essas inúmeras possibilidades é importante mencionar que, nem todas as ações são necessárias para atender a disseminação e que a escolha de uma ou outra se dará em função do objetivo e da disponibilidade de tempo e de recursos humanos e financeiros.

Durante o processo de sistematização já estão sendo realizadas algumas ações visando a disseminação do processo e seus resultados parciais. A experiência foi apresentada no I Congresso Mineiro para a Biodiversidade (Combio), realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

(SEMAD/IEF-MG) com apoio do Governo do Estado, em abril de 2006, na Expominas, em Belo Horizonte, MG. A palestra intitulada: “*Sistematização da experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): participação e conflito em uma unidade de conservação de proteção integral na Zona da Mata de Minas Gerais*”, fez parte de uma roda de debate sobre áreas protegidas, educação e participação e será publicada nos Anais do Combio. O evento teve como propósito reunir idéias e colher resultados, para a elaboração de uma proposta de diretrizes que pudesse nortear a implementação da Política de Proteção da Biodiversidade em Minas Gerais.

No final de 2005 foi elaborado e aprovado um artigo científico, de mesmo título, a ser publicado nos Anais do I Simpósio Nacional sobre Áreas Protegidas, evento realizado pela Sociedade de Investigações Florestais (SIF) e Universidade Federal de Viçosa em novembro de 2005, na própria universidade, em Viçosa, MG.

Outro evento foi o I Simpósio sobre o Bioma Mata Atlântica: recuperação, conservação e desenvolvimento, realizado pelo Centro Brasileiro para Conservação da Natureza (CBCN), em Junho de 2005, na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG. Na ocasião foi proferida palestra dentro do tema: Atividades antrópicas e seus impactos nas unidades de conservação do bioma Mata Atlântica. A palestra intitulada: “*Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG: uma ilha cercada de gente por todos os lados ou uma unidade de conservação integrada com o entorno?*”, teve como propósito contribuir com o debate a partir dos resultados preliminares da presente sistematização.

Além desses eventos a sistematização também é parte de uma tese em nível de doutorado, a ser defendida ainda este ano, no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (DEF/UFV). Assim sendo, a experiência também vem sendo discutida e divulgada no âmbito do espaço acadêmico desta instituição.

Segue abaixo (Quadro 6) o planejamento realizado para a difusão dos resultados e aprendizados da presente sistematização:

Quadro 6 – Planejamento da difusão da sistematização da experiência de criação e implantação do PESB.

O quê?(produto)	Para quê?(objetivo)	Para quem? (público)	Quando?(prazo)	Previsão de itens orçamentários *
Documento final	Registro documental da sistematização	CTA-ZM – proponente da sistematização; atores envolvidos na mesma; financiadores e; demais interessados.	Final de julho de 2006.	- Cartucho de impressora; - Papel A4.
Eventos (seminários, congressos, encontros etc.)	Divulgação; troca de experiência; influenciar o debate nestes espaços.	Público de interesse e variado, presente nestes espaços.	No decorrer da sistematização e após o término.	- Transporte; - Hospedagem; - Alimentação. (Vai depender de cada evento)
Encontros comunitários	Retorno e discussão das lições para moradores/as envolvidos e comunidades do entorno; troca de experiência; divulgação; influenciar a participação destes/as no processo de gestão do PESB e entorno.	Comunidades rurais do entorno do PESB.	Após o término da sistematização, preferencialmente dentro das discussões de elaboração do plano de manejo em curso.	- Transporte da equipe; - Lanche para os participantes; - Material didático.
Artigos científicos e/ou para revistas da área	Reflexão teórica; correlação com a prática vivenciada; difusão no meio acadêmico; influenciar o espaço acadêmico.	Público acadêmico; organizações que atuam na área e demais interessados.	No decorrer da sistematização a após o término.	- Cartucho para impressora; - Papel A4.
Cartilhas	Disseminação, informação e formação em nível “micro” (local/territorial).	Agricultores/as moradores/as do entorno do PESB e suas organizações.	Após o término da sistematização.	- Diagramação; - Tiragem.

Livro	Disseminação, informação e formação em nível “macro” (estadual e nacional).	Organizações envolvidas; financiadores; organizações externas.	Após o término da sistematização.	- Revisão ortográfica; - Diagramação; - Edição; - Publicação.
Tese em nível de doutorado	Reflexão teórica; correlação com a prática vivenciada; difusão no meio acadêmico; influenciar o espaço acadêmico.	Público acadêmico e demais interessados.	Até setembro de 2006.	- Cartucho para impressora; - Papel A4; - Revisão ortográfica.
Vídeo	Disseminação; informação; formação; influenciar outras experiências.	Público diverso de interesse, especialmente organizações que atuam na área.	Após o término da sistematização.	- Material para filmagem; - Transporte; - Hospedagem; - Alimentação; - Diagramação; - Sonorização; - Editoração.

*** o dia de serviço do coordenador/a e/ou equipe de apoio não foi contemplado.**

7. BIBLIOGRAFIA CITADA

1. BARBOSA, W.. **Cultura Puri e Educação Popular em Araponga, MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente.** Tese de Doutorado, Rio Grande do Sul: UFSC, 2005. 234p.
2. BOFF, L.. **Identidade e complexidade.** [<http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html>], acesso em junho de 2006.
3. CASTELLS, M.. O poder da identidade. [www.ime.us.br/~cesar/projects/owtech/poerdaidentidade/main.htm], acesso em junho de 2006.
4. CONSENZA, B., VENÂNCIO, S.. Fauna e Flora. In: **Simpósio [sobre] contribuições para a elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno**, Viçosa, 10 a 14 de julho de 2000/ [coordenação editorial: Luiz Eduardo Ferreira Fontes... et al.], Viçosa: UFV, 2000. p.84-88. :il.
5. COUTO, E.A., DIETZ, J.M. **Sugestões para elaboração do Parque Nacional da Serra do Brigadeiro.** Viçosa:UFV, 1980. 27p. (Mimeo).
6. CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Ata n.01/Pasta sobre o PESB (arquivo interno). 1994a.
7. CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Ata n.02/Pasta sobre o PESB (arquivo interno). 1994b.
8. CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Diagnóstico da Serra do Brigadeiro. 1997. Relatório final.
9. CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Processo participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** Documento do Colegiado do PESB (documento interno). 2003.
10. DIEZ HURTADO, A.D. **Guia Metodológica para la Sistematizacion de Experiencias del Secretariado Rural.** La Paz: Secretariado Rural, 2001. 71p.
11. FERNANDES, B.M.. Movimentos sócioterritoriais e movimentos sócio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. [<http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>], acesso em junho de 2006.
12. FERREIRA NETO, P.S.; OLIVEIRA, J.C.L.; LOPES, N. T. O processo participativo na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Oficina sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação, 1997 Parque Estadual do Rio Doce**, MG: Anais... Belo Horizonte, MG: FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 1998. 172p.
13. FLORES, M. – **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento.** [<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>], acesso em junho de 2006.
14. FONTES, L.E.F. et. al.. **Simpósio [sobre] contribuições para a elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno**, Viçosa, 10 a 14 de julho de 2000/ [coordenação editorial: Luiz Eduardo Ferreira Fontes... et al.], Viçosa: UFV, 2000. 141p. :il.

15. GADOTT, M. **Identidade cultural e itinerário educativo: notas sobre educação popular.** [http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Curriculo/Identidade_cultural.pdf.], acesso em junho de 2006.
16. GJORUP, G.B. **Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno: o caso do Parque estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais.** Viçosa: UFV, Imprensa Universitária. 1998. 113p. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Viçosa, 1998).
17. LIMA, G.S. **Criação, implantação e manejo de Unidades de Conservação no Brasil: Estudo de caso em Minas Gerais.** Viçosa: UFV, 2003. 76p. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Viçosa, 2003.
18. MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. (org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.
19. MOURA, A.P.. **Zona da Mata mineira: breve história.** [www.asminasgerais.com.br/], acesso em junho de 2006.
20. PADUA, J.A. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro.** [SVIRSKY, E. e CAPOBIANCO, J.P.R. (org.)] São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997. p. 13-18.
21. PRAXEDES, R.R.. **Reflexões sobre uma identidade afro-descendente.** [http://www.espacoacademico.com.br/023/23rpraxedes.htm], acesso em junho de 2006.
22. PRETTY, N. J. e PIMBERT, P. M. (2000). Parques, comunidades e profissionais: incluindo ‘participação’ no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A . C. (Org.) **Étnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec.
23. SANTOS, A.D. et al.. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos sócioambientais.** [org. Aílton Dias dos Santos], São Paulo: IEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil : Petrópolis. 2005. 185p.
24. SCHÄFFER, W.B., PROCHNOW, M.. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira.** Brasília: APREMAVI, 2002. 156p. :il.
25. SOUZA, H.N., CARDOSO, I.M., BONFIM, V.R.. OLIVEIRA, G.B., GJORUP, D.F., SOUTO, R.L., CARVALHO, A.F., **Sistematização das experiências com Sistemas Agroflorestais do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.** Viçosa, MG, 2005. 147p. Relatório final.

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BENSUSAN, N.. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que e porquê.** [org. Nurit Bensusan] Brasília: Editora Universidade de Brasília: ISA- Instituto Socioambiental, 2002. 252p.
2. BERDEGUÉ, J.A., OCAMPO, A., ESCOBAR, G. **Sistematización de experiências locais de desarrollo agrícola e rural: guia metodológica.** FIDAMERICA. 200030p.
3. BONFIM, V.R.. **Diagnóstico do uso do fogo no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** Tese de Mestrado, Viçosa: UFV, 2001. 56p. il.
4. BONFIM, V.R.. **Sistematização da experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): participação e conflito em uma unidade de conservação de proteção integral na Zona da Mata de Minas Gerais.** In: **Congresso Mineiro para a Biodiversidade.** Anais..., SEMAD/IEF-MG/PROMATA: Belo Horizonte, MG, 23-36/04, 2006 (no prelo)
5. BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Direito do meio ambiente e participação popular/**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Brasília: IBAMA, 1994. 110p. (ORG. Roberto Armando Ramos de Aguiar)
6. CAMPO, J.B.. **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquistas e desafios/**organizado por: João Batista campo. Maringá: IAP- Instituto Ambiental do Paraná. 2 edição, 2001. 118p. :il.
7. CAPOBIANCO, J.P.R., RAMOS, A.. **Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)/** Organizadores: Adriana Ramos, João Paulo R. Capobianco. Seminário interno 25 e 26 de abril. 1996. São Paulo: ISA- Instituto Socioambiental. 1996.205p.
8. CASALI, V.W.D.. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: percepção, uso e estratificação ambiental./** organizador: Vicente Wagner Dias Casali. Viçosa: UFV. 2001. Relatório Final. 164p.
9. DRUMOND, M.A. **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.**Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-ambiental, 2002. 81p. : il.
10. FARIA, A.A.. **Uma visão do município de Araponga – MG: informações sobre o diagnóstico realizado.** Viçosa: CTA-ZM. 1994 (documento interno). 43p.
11. FARIA, J.L.. **Conflitos e participação da sociedade civil na instalação do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.** Tese de Mestrado, Viçosa: UFV, 2004. 145p.
12. GEILFUS, F.. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación.** IICA-GTZ, San Salvador, El Salvador, 2000. 208p.

13. GUITJ, I. **Monitoramento participativo: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável.** Metodologias participativas: Rio de Janeiro: IIED: AS-PTA. 142p.
14. HOLLIDAY, O.J.. **Para sistematizar experiências.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 213p.
15. LIMA, G.S.. **Criação, implantação e manejo de unidades de conservação no Brasil: estudo de caso em Minas Gerais.** Tese de Doutorado, Viçosa: UFV, 2003. 76p. :il.
16. MAIRENA DURAN, R.F.. **A participação dos atores na formulação do Plano de Desenvolvimento Rural no município de Tombos – MG.** Tese de Mestrado, Viçosa: UFV, 2001. 140p.
17. MANNIGEL, E. PARAÍSO, L.B., PARREIRAS, C.P.. **Participação como estratégia para resolução de conflitos na gestão de três unidades de conservação ambiental da Mata Atlântica em Minas Gerais.** In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação o Boticário de proteção à Natureza: Associação Caatinga. 2002. 1v. 22 a 26 de setembro p. 433-441.
18. MATTES, A. **O Diagnóstico Rural Participativo como instrumento de envolvimento das unidades de conservação com seus entornos.** Belo Horizonte: Projeto Doces Matas. 1999. 59p.
19. MILANO, M.S.. **Unidades de conservação: atualidades e tendências/** Organizador: Miguel Serediuk Milano. – Curitiba: Fundação O Boticário de proteção à natureza, 2002. 224p.
20. PINTO, J.B.. **Planejamento participativo: rito ou prática de classe?** Vozes, Revista Cultura. v, LXXXI. nº 01. Jan/Fev. 1987. p 71-89.
21. SOARES, M.C.C., BENSUSAN, N., FERREIRA NETO, P.S.. **Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências com UC's de Proteção Integral.** Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112p.
22. TAFUR, J.C.. **Ordenando y analizando: una metodología para la sistematización.** Lima: ETC Andes. 25p.

PLANEJAMENTO

A- Cronograma

ETAPAS	MESES							
	M	A	M	J	J	A	S	O
1ª etapa: Planejamento: -elaboração de um cronograma de ações; -entrevistas com técnicos do CTA para definição dos objetivos a partir das expectativas institucionais; -elaboração de um plano para a sistematização; - seleção e preparação da equipe de apoio; -elaboração de projeto de pesquisa para bolsa do estagiário;								
2ª etapa: Execução do plano: -pesquisa documental interna e externa; -organização e arquivamento dos dados (<i>End Note</i>); -elaboração de roteiro de entrevistas; -realização de visitas de campo e entrevistas; -preparação e realização de eventos coletivos; -tabulação dos dados;								
3ª etapa: Elaboração do documento final: -elaboração do documento;								
4ª etapa: Difusão -elaboração do plano de difusão; -confecção e difusão dos produtos.								

B – Definição da sistematização

1. Objeto (o quê sistematizar?):

- Experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) entre o período de 1993 – 2004 (ano da criação do Conselho Consultivo).

2. Objetivo (para quê sistematizar?):

- Analisar, de forma participativa, a experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em todo o seu contexto (técnico, processual e metodológico) para, em conjunto com os atores envolvidos com a experiência, extrair lições aprendidas que possam contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão do PESB a partir da participação social.

3. Eixos (aspectos centrais da sistematização) e componentes associados:

1ª matriz

EIXOS COMPONENTES	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	B ASPECTOS LEGAIS	C ESPAÇO RURAL/ TERRITORIAL	D INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL	E IMPACTOS
1-CONFLITOS					
2-ESPAÇOS DE DEBATE (local/territ./nac.)					
3-METODOLOGIAS					
4-RELAÇÕES ESTABELECIDAS (articul.)					
5. UC's EXISTENTES (PESB, APA's, RPPN's)					
6. PROJETOS/PESQUISAS					
7. BIOMA MA					
8. GESTÃO DA UC					
9. TERRITÓRIO SB					
10. ASPECTOS AMBIENTAIS					
11. ASPECTOS SÓCIO-CULT.					
12. ASPECTOS ECONÔMICOS					
13.USO MANEJO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS					
14.CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE					
15. POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO					
16. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL					
17. POLÍTICAS PÚBLICAS					
18. INTERV. INSTITUCIONAL					
19. ENTORNO					

Matriz reduzida

Eixos Componentes	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	B ASPECTOS LEGAIS	C ESPAÇO RURAL/ TERRITORIAL
1-ESPAÇOS DE DEBATE (local/territ./nac.)	A1	B1	C1
2-RELAÇÕES ESTABELECIDAS (articul.)	-	-	C2
3. UC's EXISTENTES (PESB, APA's, RPPN's)	A3	B3	C3
4. PROJETOS/PESQUISAS	A4	-	C4
5. TERRITÓRIO SB	A5	-	C5
6. INTERV. INSTITUCIONAL	A6	B6	C6

- Algumas questões que a sistematização deverá responder:

Observação: as questões serão elaboradas a partir dos cruzamentos priorizados na matriz

C – Considerações operacionais

SISTEMATIZAÇÃO

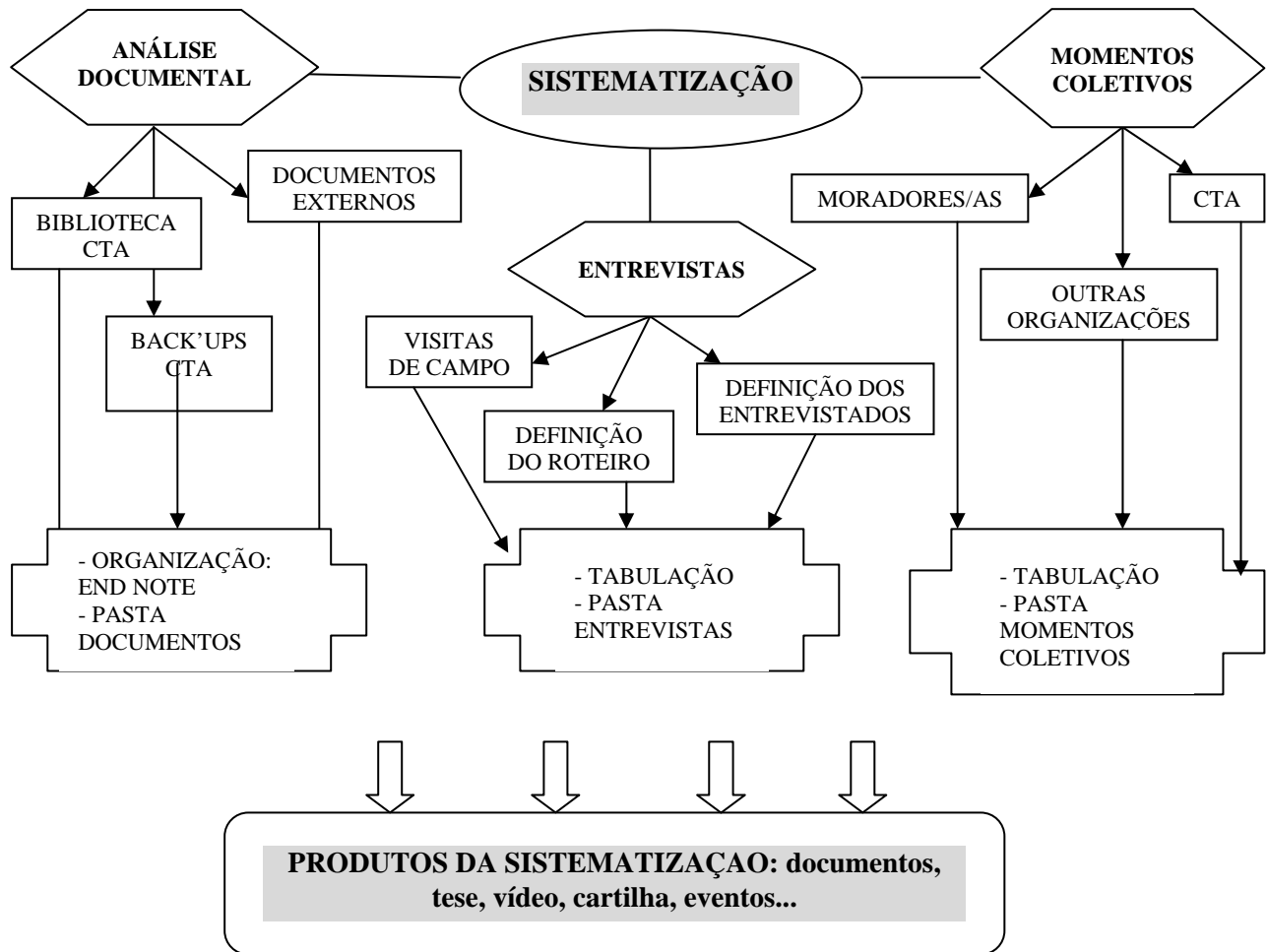
1. Que informações necessitamos?
Informações sobre o processo como um todo: documentos, mapas, registros de eventos, encontros, reuniões, visitas...
2. Que informações já temos?
Informações referentes ao período de 1993-2004 arquivadas no CTA.
3. Que informações precisamos conseguir?
Antecedentes históricos sobre o processo de criação do PESB; documentos externos ao CTA; respostas às questões levantadas pela matriz;
- *4. Como vamos conseguir?
- *5. Onde e como vamos ordená-las?
- *6. Como vamos processar e/ou analisar?

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

7. Quem vai trabalhar na sistematização?
Uma equipe de sistematização com a coordenação de 1 técnica do CTA.
8. Por quanto tempo?
8 meses.
9. Como dividiremos as tarefas?
 - Coordenação da sistematização: 1 técnica do CTA – 10 dias/mês.
 - Apoio no levantamento, registro, organização e tabulação dos dados; contribuição nos momentos coletivos: 1 estagiário – 12h/semana.
 - Orientação externa: membros colaboradores do CTA.
10. Como vamos promover e facilitar a participação dos atores envolvidos?
 - Ver item D.
11. Quanto de R\$ tem disponível?
≈ R\$ 20.000,00

***vide anexo: organograma de planejamento.**

Organograma de planejamento:



D – FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS:

Proposta de metodologia para o levantamento, processamento e tabulação dos dados; entrevistas e encontros:

1. Levantamento dos dados secundários:

- análise documental interna do CTA: relatórios, arquivos digitalizados (back'ups);
- análise documental externa: IEF, CECO, STR's e UFV (CMCN/DEF e DPS);
- inclusão e organização referências documentais no software *End Note*.

2. Processamento e tabulação dos dados:

- seleção e organização em pastas identificadas;
- organização em arquivos no computador;
- tabulação dos dados da matriz.

3. Entrevistas:

- elaboração de roteiro de entrevistas com técnicos do CTA para levantamento de expectativas e definição do objetivo;

- elaboração de questões para subsidiar a matriz de sistematização (roteiro de entrevistas);
- roteiro de visita de campo (mapeamento das entidades/pessoas que serão entrevistadas): IEF, UFV (CMCN/DEF e DPS), CTA, STR's Araponga e Miradouro, moradores/as do entorno, CECO, Paulão, Guiga,

4. Momentos Coletivos:

- planejamento com o uso de algumas ferramentas participativas que possibilitem: resgate e troca de experiência e construção de novos conhecimentos entre os diferentes atores envolvidos no processo.

- Encontro 1: com o objetivo principal de recuperar e registrar a trajetória da experiência. Terá como público alvo organizações da sociedade civil e do governo (STR's, UFV, CECO, IEF, CTA...) que participaram do processo. Será realizado no CTA ou UFV e penso que poderão ser aplicadas as seguintes ferramentas participativas: a) Linha do Tempo - para resgatar a história considerando a cronologia e o desdobramento dos eventos e atividades realizadas, refletindo e discutindo a seqüência, a intervenção e a participação dos envolvidos; b) Matriz Histórica – para contribuir com correlações, comparações e análise da evolução em longo prazo, considerando indicadores-chave de determinados temas e assuntos mais relevantes e inclusive fenômenos; c) diagrama de venn para analisar as relações estabelecidas e as articulações interinstitucionais importantes para o processo.

(uma primeira idéia era fazer esse primeiro encontro em dois momentos: um somente com as organizações da sociedade civil e outro com as organizações do poder público, mas ainda estou em dúvida).

- Encontro 2: são oficinas de conclusão com os dois grupos. Terá a função de analisar as conclusões levantadas a partir das etapas anteriores e fomentar a extração coletiva de lições aprendidas posteriormente. Serão encontros separados por grupos (sociedade civil e poder público), cuja dinâmica será conduzida sob forma de leitura de textos, análise de dígramas, gráficos, observação de mapas de relações e discussão em plenária, finalizando com o registro coletivo através de painéis dos pontos mais importantes. Os locais serão CTA e UFV.
- Encontros 3: com moradores/as em 3 comunidades da Serra. O objetivo é subsidiar a sistematização com impressões e olhares dos moradores/as do entorno do parque sobre a experiência e fomentar o debate nas comunidades. As metodologias utilizadas serão: confecção de mapas com moradores/as. Através destes mapas verificar a compreensão sobre o processo, resgatar com eles/as o histórico, analisar a relação que estabelecem com o parque, os impactos da criação na vida das pessoas e a importância da participação social na conservação dos recursos naturais. Esses encontros seriam nas comunidades.
- Encontro 4: extração de lições aprendidas com a experiência. Participam as organizações envolvidas com o processo. O encontro será no PESB;
- Seminário de devolução das lições: para divulgar para o público da Serra do Brigadeiro as lições aprendidas por todos os envolvidos com a experiência. O objetivo é socializar os resultados da sistematização e continuar fomentando o debate para possibilitar novos aprendizados a partir das lições e dos novos desafios colocados. O seminário seria no próprio PESB, com a participação dos envolvidos com a sistematização na construção metodológica e apresentação;

Algumas questões já levantadas:

Participação:

- ☞ Como se deu a participação social e como esta contribuiu com o processo em questão?
- ☞ Quais as estratégias utilizadas pelas organizações (verificar quais) para potencializar a participação?
- ☞ Houve estratégias utilizadas pelas organizações (verificar quais) para dificultar ou até mesmo impedir a participação? Quais?
- ☞ Quais foram os mecanismos que favorecem a participação social nesse processo?

...

Conflitos:

- ☞ Quais são e como mitigar os conflitos associados ao tema?
- ☞ Como lidar com os diferentes interesses e visões dos diversos atores envolvidos?
- ☞ Onde se encontram os limites e as potencialidades nesse processo?
- ☞ Quais são os mecanismos que podem favorecer o diálogo entre diferentes organizações?

...

ANEXO 2

ROTEIRO PARA CONVERSA COM TÉCNICOS/LIDERANÇAS DO CTA VISANDO SUBSIDIAR O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB)

- 1 – Desde quando acompanha os trabalhos no parque?
- 2 – Relato sobre a experiência (conhecimento sobre o processo).
- 3 – Verificar se o processo possui picos de mobilização. Destacá-las no tempo e espaço (Verificar a existência de eventos marcantes que não devem ficar de fora e merecem atenção especial; eventos significativos para a entidade).
- 4 – Perceber quais foram as intenções iniciais do CTA (= agricultores/as e suas organizações?) e quais são as atuais. Tentar compreender a evolução das demandas em relação ao processo ao longo do tempo para verificar avanços ou não.
- 5 – Que tipo de lições/aprendizados o CTA espera tirar de um processo como esse? (Objetivar que tipo de aprendizado e que utilidade a sistematização de um processo de mais de uma década pode trazer).
- 6 – Alguma recomendação ou sugestão para o desenvolvimento deste trabalho.
- 7 – Algum parceiro importante ou pessoa para a busca de mais informações.

ANEXO 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM TÉCNICOS

- Como foi o processo de criação / implantação do PESB?
- Quando surge a proposta? Como ela é formulada? (porque a categoria parque?).
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?
- O processo de criação e implantação do PESB foi participativo? Por quê?
- Houve a participação de mulheres no processo? Como, quando, por quê?
- Quais as estratégias utilizadas para a inclusão de mulheres e jovens?
- Qual o histórico de participação de mulheres e jovens nas organizações envolvidas?
- O que é um parque na sua visão?
- Importância da existência dessas áreas para você? Por quê?
- O que motivou (por quê) sua entidade a participar?
- Qual o principal interesse do grupo em relação ao debate e ao parque?
- Como é a relação parque e entorno na sua perspectiva?
- Quais as estratégias utilizadas para favorecer / facilitar a participação? (depende da visão de cada um sobre o que é participação)
- Quais as estratégias que dificultaram / impediram a participação?
- Qual a contribuição do processo para o debate acerca da atuação das populações do entorno da UC's na conservação dos recursos? Quais as estratégias para contribuir com este debate?
- Qual a contribuição dos debates sobre legislação relacionada a UC's para o processo?
- Quais as estratégias utilizadas para incluir a participação social nos aspectos legais da criação / gestão de UC's? Quais os impactos?
- Como se deu a participação social no processo de criação e implantação das outras categorias de UC's?
- Como se dá a participação social na aplicação/gestão dos recursos advindos das UC's (ex: ICMS ecológico, compensações ambientais etc.)?
- Quais as estratégias utilizadas para adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação? Quais os impactos?
- Como se dão as relações interinstitucionais no espaço rural/territorial? (como elas atuam e como esta atuação é vista pelo outro); contextualização dos atores no processo.
- Como deveria ser a criação e implantação de um parque para você?
- Visão de futuro sobre o PESB (como sonha que seja o parque)?

ANEXO 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS E MORADORES

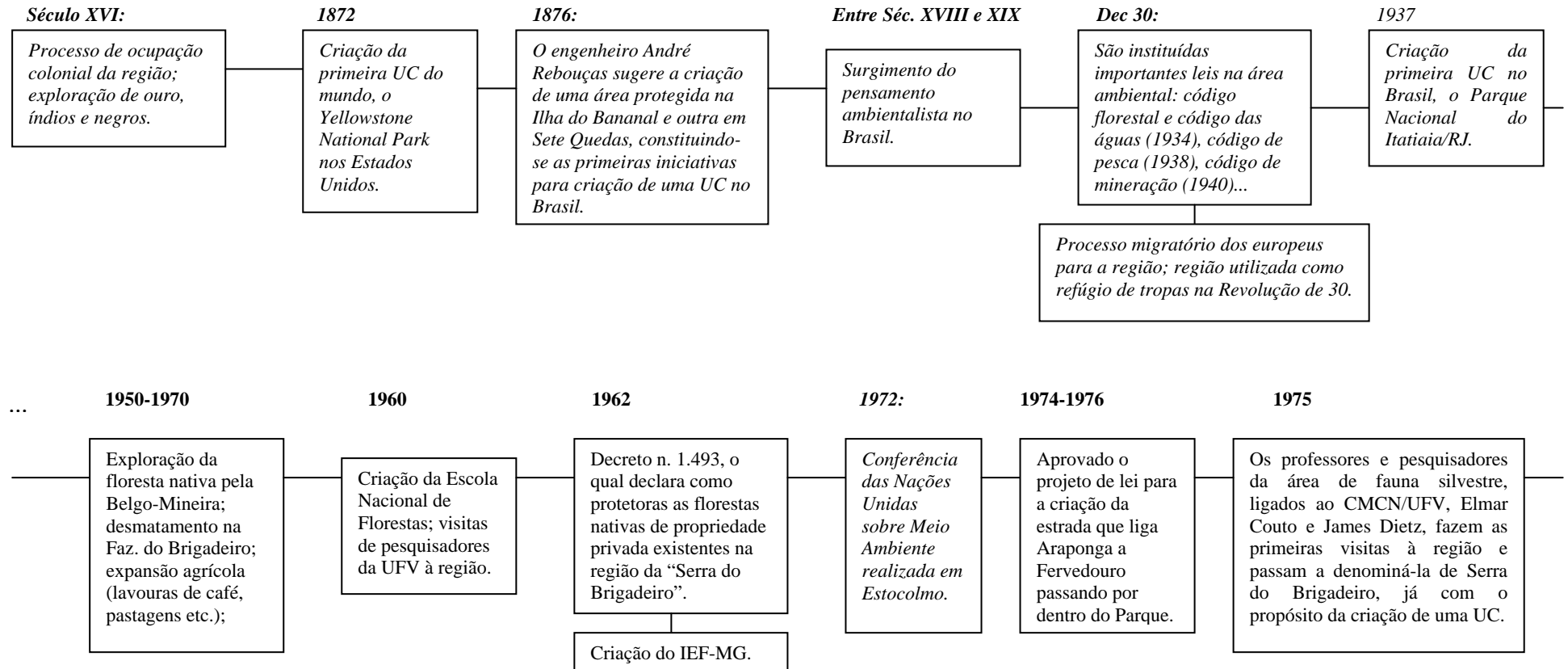
- Qual o histórico da comunidade: nome, primeiros moradores, como viviam, se gostam etc...(construção da identidade por diferentes atores e categorias (rural/urbano, idosos/jovens, mulheres/homens)
- Como foi o processo de criação / implantação do PESB?
- Como foi a proposta de criação?
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?
- O que teria acontecido se persistisse a cota 1.000m na definição dos limites do PESB?
- O que é um parque na sua visão?
- Importância da existência dessas áreas para você. Por quê?
- O processo de criação e implantação do PESB foi participativo? Por quê?
- Houve a participação de mulheres no processo? Como, quando, por quê?
- Quais as estratégias utilizadas para a inclusão de mulheres e jovens?
- Qual o histórico de participação de mulheres e jovens nas organizações envolvidas?
- O que motivou (por quê) sua entidade a participar?
- Qual o principal interesse do seu grupo em relação ao debate e ao parque?
- Como é a relação parque e entorno na sua perspectiva?
- Quais as estratégias utilizadas para favorecer / facilitar a participação? (depende da visão de cada um sobre o que é participação)
- Quais as estratégias que dificultaram / impediram a participação?
- Como se deu a participação social no processo de criação e implantação das outras categorias de UC's?
- Como se dá a participação social na aplicação/gestão dos recursos advindos das UC's (ex: ICMS ecológico, compensações ambientais etc.)?
- Qual a contribuição para o debate acerca da atuação das populações do entorno da UC's na conservação dos recursos? Quais as estratégias para contribuir com este debate?
- Existiam mais animais, mais água, etc. antes da criação?
- Como era a agricultura e a produção antes e depois da criação?
- Qual o histórico e formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte dos moradores/as? Qual a importância de tais práticas para a conservação da Mata

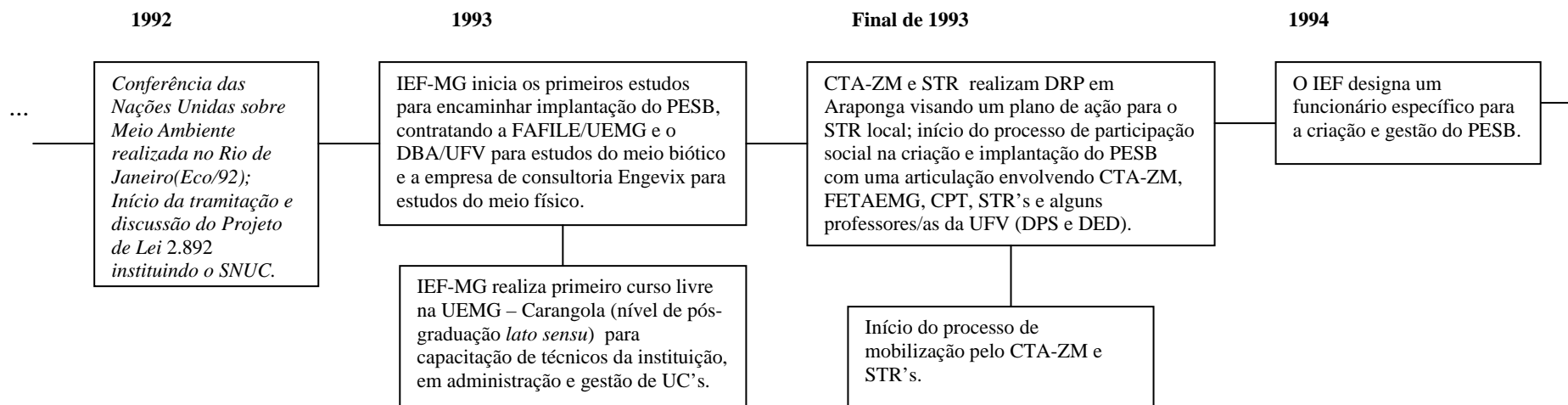
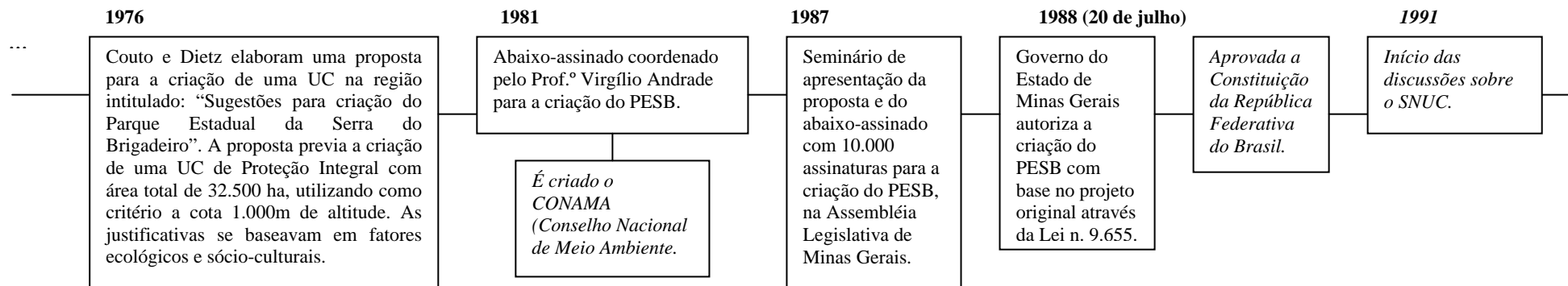
Atlântica no entorno e no PESB? (O processo de degradação dessas áreas ao longo do tempo x a conservação das mesmas pelas comunidades do entorno).

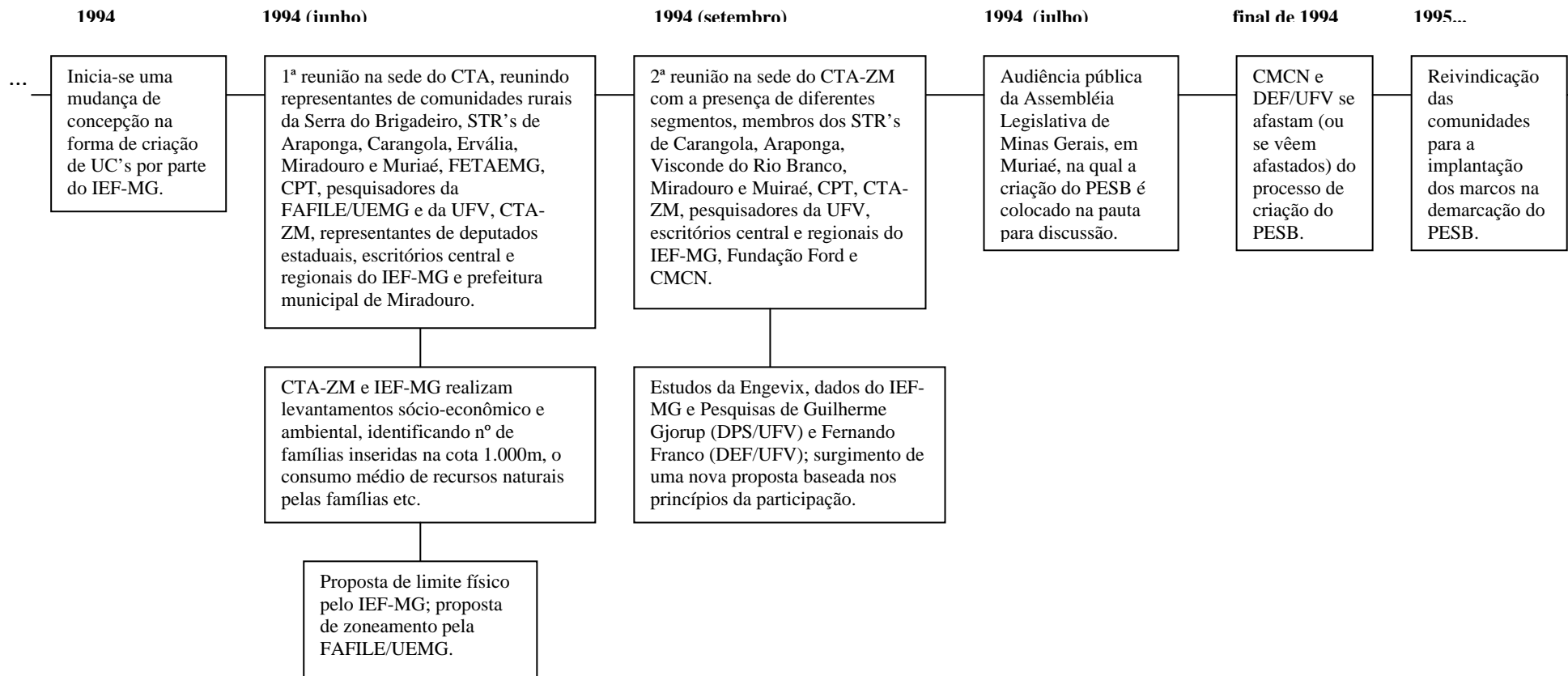
- Quais as estratégias utilizadas para adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação? Quais os impactos?
- Como se dão as relações interinstitucionais no espaço rural/territorial? (como elas atuam e como esta atuação é vista pelo outro); contextualização dos atores no processo.
- Como deveria ser a criação e implantação de um parque para cada um/a?
- Visão de futuro sobre o PESB (como sonha que seja o parque?).

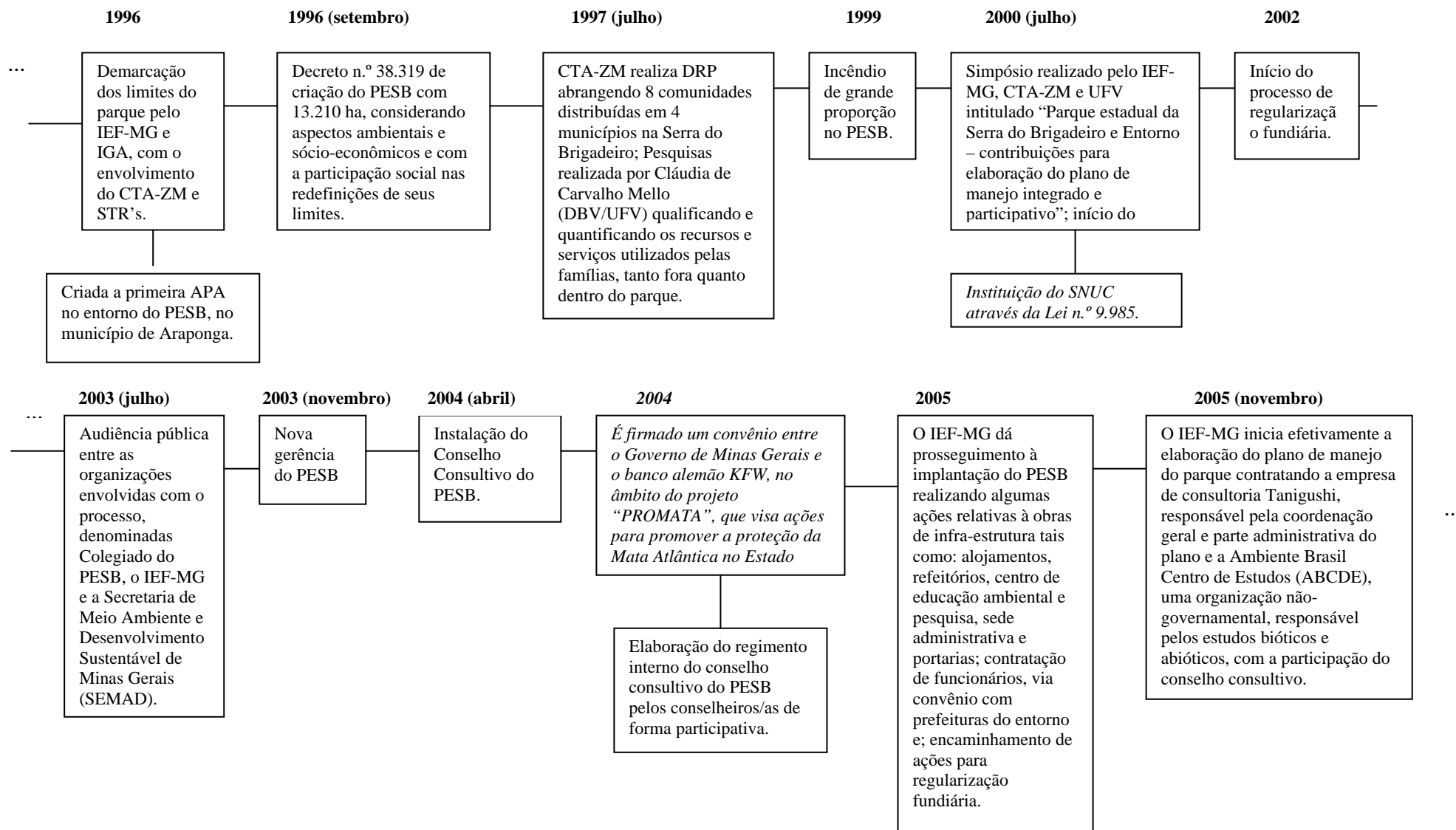
ANEXO 4

Anexo 4 - Linha do tempo apresentando o histórico de criação e implantação do PESB, incluindo antecedentes históricos e alguns eventos, em âmbito nacional e internacional, relevantes ao tema.









2005

Cadastro das famílias confrontantes do Parque.

2005 (dezembro)

Decreto de demarcação do PESB com área total de 14.984 ha.